

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

DENISE LUTFI COIMBRA

ESPAÇO INDUSTRIAL EM ITATIBA:
O caso das vilas operárias e do IAPI

Orientador:
Prof. Dr. Fernando Atique

Itatiba
2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Atique, que muito me estimulou e incentivou no trabalho de pesquisa deste TCC, enriqueceu minha escrita e participou e vibrou comigo em todos os momentos. Agradeço pelas opiniões sinceras e pela constante presença.

Meu obrigada à Prof. Ms. Nilce Aravecchia pelos bons conselhos e palavras de incentivo. E também pela atenção dispensada durante as bancas de avaliação.

Aos meus pais que sempre contribuíram para meus estudos em primeiro lugar, me apoiando e vibrando ao meu lado a cada passo conquistado. Sem eles nada seria possível.

Agradeço às minhas amigas Juliana, Marina, Nicole, Mariah e Maria Isabel pelos bons conselhos e pela compreensão de minha ausência em diversos momentos.

Às minhas pequenas grandes amigas Keiko, Érica, Vivi, Tatiana e aos meus meninos Marcel e Marcelo que tanto me apoiaram nas minhas escolhas, que tanto me suportaram em momentos de entrega final, que tanto me fizeram rir das brincadeiras e piadas do Marcelo. O apoio de vocês foi fundamental para completar esta etapa! Amigos que carinhosamente me chamam de mãe, foi muito bom compartilhar com vocês.

Agradeço aos professores que participaram da minha formação na Universidade, ao pessoal do laboratório de arquitetura, às meninas da biblioteca e aos meus colegas de classe que durante os cinco anos acompanharam e se empenharam em dar o melhor de cada um. O conhecimento foi nos passado com maestria.

Ao Caio do Arquivo Público Municipal, ao Paulo Degani e à Mila do Museu Histórico Municipal Padre Lima, aos moradores das residências, aos familiares e às demais instituições pelas quais passei durante as pesquisas meu muito obrigado pela atenção gentilmente dispensada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Capítulo 1 ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM HABITAÇÃO OPERÁRIA	05
Capítulo 2 PERCURSO TEÓRICO	09
1.1 A industrialização em São Paulo	
1.2 São Paulo e a Intervenção Estatal na Primeira República	
1.3 Produção Habitacional no período Vargas	
1.4 Produção Estatal da Habitação	
Capítulo 3 PANORAMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO E HABITAÇÃO OPERÁRIA EM ITATIBA	22
3.1 Período Republicano e Industrialização	
3.2 A industrialização e a moradia operária segundo os jornais locais	
Capítulo 4 ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DAS VILAS OPERÁRIAS E DO IAPI	29
4.1 Analisando a casa	
Imagens	
4.2 Indústria Têxtil Paulo Abreu e Vila Pabreu	
Imagens	
4.3 Cia Brasileira de Fósforos e a Vila Brasília	
Imagens	
4.4 Fabril Scavone e a Vila Belém	
Imagens	
4.5 A presença do IAPI em Itatiba	
Imagens	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA	

RESUMO

Estuda-se a moradia operária em Itatiba, no período de 1893 a 1960, e as transformações espaciais que, organizadas pela indústria têxtil, modificaram o ambiente urbano, caracterizando uma arquitetura fabril. Aborda, com base em levantamentos bibliográficos, o processo de industrialização e as vilas operárias da Indústria Têxtil Paulo Abreu - PABREU, Fabril Scavone, Cia Brasileira e, posteriormente, o IAPI. Constitui-se a pesquisa no sentido de reunir as características e partidos arquitetônicos, implantação, inserção urbana e o conseqüente impacto que tais edificações promoveram no cenário sócio-econômico e cultural de Itatiba durante os anos do nascimento e consolidação de sua industrialização.

Palavras-chave: Itatiba, vilas operárias, IAPI, PABREU, Scavone, Cia. Brasileira.

INTRODUÇÃO

Presentes no Brasil desde, aproximadamente, 1817, as vilas operárias são um legado ainda visível das primeiras habitações coletivas erigidas visando solucionar diversos problemas de ordem moral, política e industrial, intentado moldar o comportamento social do emergente operariado urbano.

A indústria trouxe consigo um processo de ocupação e urbanização que almejava a formação de um novo tipo de trabalhador: o proletário industrial moderno. Ao lado dessa classe social emergente, a burguesia também se firmava enquanto classe dominante e responsável pelo delineamento dos novos padrões econômicos, morais e urbanos. Definidas a partir da divisão social do trabalho e da acumulação de capital no Brasil, especialmente no período de produção do café, as duas novas classes sociais estabeleceram relações determinantes no panorama econômico e cultural do Brasil. O aparecimento da classe operária gerou discussões filosóficas, produções culturais e discursos políticos inflamados num cenário tomado pela presença das chaminés, elemento marcante da paisagem urbana transformada pela indústria (Foot; Leonardi, 1982, p.96). Como observa Mary Helle Moda Balleiras, no período de nascimento das fábricas nas cidades interioranas paulistas:

“As chaminés se tornaram elementos fundamentais. A prosperidade de algumas fábricas passou a ser simbolizada pela opulência de suas chaminés e pela quantidade de fumaça lançada no ar, demonstrando a dimensão da produção da indústria. Para tal função, as chaminés foram redesenhadas e, geralmente, tornavam-se elementos de destaque dentro do cenário fabril, cuja construção era tratada, muitas vezes, com detalhes decorativos” (BALLEIRAS, 2003, p.56).

É significativa, atualmente, a produção de pesquisas na área da arquitetura fabril e de habitação operária. Eva Alterman Blay, uma das pioneiras nos estudos sobre habitação operária, por exemplo, realizou um questionamento quanto às relações capital/trabalho e o desenvolvimento urbano, afirmando, através do estudo de seis vilas em São Paulo, que *“o que distingue ou assemelha uma vila operária das demais não é a existência de um único modelo arquitetônico, e, sim, a forma de propriedade num dado momento histórico”* (Blay, 1979, p. 144).

Este trabalho busca analisar a arquitetura fabril erigida em Itatiba, entre 1893 e 1960, por meio da reunião de informações sobre três indústrias significativas na formação e expansão da cidade, as quais, também, tiveram projeção econômica no cenário nacional. O arco temporal ficou definido por dois acontecimentos importantes para o ciclo industrial local: a abertura da primeira indústria do município (1893) e a construção das unidades habitacionais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI (1960), o que demarca a consolidação da cidade como pólo industrial no interior do Estado de São Paulo.

Os espaços urbanos gerados pelas vilas operárias significaram uma mudança profunda na arquitetura e no urbanismo, pois levaram à redefinição da forma plástica e territorial das cidades, bem como do planejamento e da gestão urbanos. Estudar as vilas operárias em Itatiba, município que tem sua ocupação física remontando a 1808, abriu a possibilidade de discussão sobre diversos fatores inerentes à industrialização, como as razões que levaram à construção de moradias para os operários e seus efeitos quanto às questões sociais,

políticas, econômicas e sociológicas, as quais estão intrinsecamente relacionadas ao espaço, e conseqüentemente, à arquitetura e ao urbanismo.

Os aspectos sociais envolvidos na questão da moradia operária – tanto em relação às vilas quanto ao IAPI local - levaram ao entendimento das práticas sociais dirigidas pela burguesia no sentido de controle produtivo do operário e do comportamento do mesmo, associados a fatores de ordem econômica, tais como fixação do proletário na cidade, carência da mão-de-obra, política higienista, crescimento urbano não-supervisionado nas áreas de vazios e afastadas do núcleo central, geraram a necessidade de reorganizar espacialmente e moralmente os emergentes operários e suas habitações, configurando o momento histórico em questão.

O estudo detalhado deste tipo de habitação agrega valor à discussão histórica e social do Brasil, especialmente no interior de São Paulo, pois a arquitetura, como meio de construção, torna-se, também, um meio de estruturação de poderes e imposição da ordem. As casas dos operários representam muito mais do que uma série de pequenas residências, organizadas em linha e idênticas em desenho, tamanho e disposição. Constituem a memória viva de um momento histórico importante para a arquitetura e para o urbano, marcando uma etapa de formação do operariado nacional.

Sendo este estudo uma monografia de conclusão de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, optou-se por se proceder a um levantamento métrico-espacial e a uma pesquisa em fontes primárias e secundárias como método de pesquisa. Por outro lado, até mesmo para que as pesquisas pudessem ser subsidiadas por um lastro teórico adequado, a leitura de autores ligados à análise do operariado urbano, às vilas, à história da industrialização foi feita e poderá ser verificada nos capítulos adiante. Em termos de análise, a pesquisa mostrou que, muito embora Itatiba tenha possuído diversas empresas de ramos como têxtil, de fósforo, moveleiro, etc, apenas três empreendimentos fabris obtiveram uma escala de tamanha envergadura capaz de construir um conglomerado de edificações, dentre as quais vilas para os seus operários. Sendo assim, muito embora o panorama da industrialização local seja feito, no primeiro capítulo, estudaram-se, pontualmente, três indústrias: a Indústria Têxtil Paulo Abreu S.A. (1936), a Cia Brasileira de Fósforos (1928) e a S.A. Fabril Scavone (1915). O Instituto de Aposentadoria e Pensões também atuou no município, em 1960, ou seja, alguns anos antes da criação do BNH, em 1964, e foi abarcado como marco temporal final, por significar um efetivo pronunciamento sobre a vocação fabril de Itatiba.

O interesse por este estudo partiu da necessidade de levantamento das vilas operárias e da atuação do IAPI em Itatiba, enquanto discussão arquitetônica e social uma vez que, até o presente momento, outros estudos acadêmicos não incorporaram às suas discussões a presença da formação de vilas construídas por indústrias em Itatiba, compondo, assim, para este trabalho uma oportunidade de pesquisa inédita, além de fornecer um panorama sobre o processo de urbanização da cidade.

ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

A faixa temporal do trabalho compreende os anos de 1893 a 1960, discutindo desde a implantação da vila operária até o IAPI em Itatiba, reunindo o modo de ocupação do meio

urbano, tendo em vista a visão do operário e do industrial, reconduzindo à análise do processo de urbanização da cidade de Itatiba e da implantação das indústrias.

A pesquisa baseou-se em relatos de antigos moradores das vilas, recolhidos por meio da metodologia da história oral, mas, sobretudo, foi realizada por meio de levantamento métrico e fotográfico das vilas remanescentes e, especialmente, por meio da pesquisa em fontes primárias. As fontes primárias locais são um importante celeiro para a pesquisa sobre a industrialização em Itatiba, pois a cidade contou, desde fins do século XIX com uma imprensa regular e organizada, com muitos jornais e informativos ligados às indústrias locais. Quase todos os títulos de periódicos que Itatiba fez circular, ao longo da história de sua imprensa, podem ser consultados no Museu Histórico Municipal Padre Lima, instituição que foi pesquisada juntamente com o Arquivo Público Municipal de Itatiba. As demais instituições pesquisadas foram:

- Biblioteca da FAUUSP, São Paulo.
- Biblioteca Santa Clara da Universidade São Francisco, Itatiba.
- Biblioteca Municipal “Chico Leme”, Itatiba.
- Arquivo Público Municipal, Itatiba.
- Museu Histórico Municipal Padre Lima, Itatiba.
- Prefeitura Municipal de Itatiba, Itatiba.
- Antiquário Artes e Publicações, Itatiba.
- Foto Parodi, Itatiba.
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Itatiba, Itatiba.

No Museu Histórico Municipal Padre Lima foram pesquisados os jornais de 1890 até 1960, sendo coletadas 303 reportagens. Porém, apenas as reportagens de especial interesse à pesquisa foram reunidas no anexo II deste TCC, além de relatadas nos capítulos que compõe este estudo.

A organização proposta para este TCC é a estruturação em quatro capítulos, com assuntos distribuídos da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresenta-se uma revisão bibliográfica acerca da pesquisa em habitação operária, procurando compreensão sobre as abordagens teóricas e metodológicas e, também entendimento sobre o porquê da inexistência de estudos sobre o ambiente industrial de Itatiba.

No segundo capítulo, estruturado em quatro tópicos, realiza-se um percurso teórico que abarca a questão da industrialização em São Paulo e das primeiras propostas para habitação da classe operária até o IAPI, que engloba o panorama político da gestão populista de Getúlio Vargas.

No terceiro capítulo relata-se o estudo sobre o processo de industrialização itatibense, assim como a questão operária na cidade, no que diz respeito à oferta e procura por habitação.

O quarto capítulo reúne o material coletado sobre as vilas operárias, IAPI e indústrias, especificado-as, de maneira que cada indústria que, comprovadamente erigiu e geriu vilas operárias, possam ser estudadas.

Por fim, apresentam-se considerações finais sobre o estudo realizado, tentando alinhavar discussões e construir nexos sobre a pesquisa realizada, além dos anexos que contém algumas das entrevistas realizadas com antigos moradores e também algumas das reportagens mais significativas do jornal “O Progresso” e “A Reacção”.

Finaliza-se esta introdução afirmando-se que o tema vilas operárias nos remonta a um passado no qual estas são desenhadas como um pretense “paraíso” em meio às novas transformações do espaço urbano. Enraizadas no passado, porém presentes ainda nas cidades, as vilas perduram nas lembranças do operário e do industrial, fornecendo um estudo rico para a arquitetura e para o urbanismo, já que demonstram a intensidade do papel da fábrica na formação não só do espaço, mas também do ser humano e suas interações com o meio e momento histórico da Revolução Industrial. Como afirma Eva Blay, o papel da casa enquanto construção foi usada no ajustamento das relações de produção, demonstrando que ela representava um valor, seja de uso ou de troca (Blay, 1979, p. 11).

Capítulo 1 ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM HABITAÇÃO OPERÁRIA



ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM HABITAÇÃO OPERÁRIA

O estudo sobre vilas operárias e núcleos fabris no Brasil já está consolidado há alguns anos. Este campo de pesquisa foi explorado por pesquisadores de várias áreas, sobretudo por sociólogos, antropólogos, arquitetos e urbanistas. Dentre esses pesquisadores, podemos citar os trabalhos de Eva Alterman Blay, especialmente o livro *Eu Não Tenho Onde Morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*, publicado em 1985 e o artigo “*Dormitórios e Vilas Operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro*”, publicado como capítulo do livro de Licia do Prado Valladares, em 1998.

Blay, em seu livro, estuda seis vilas operárias paulistanas e discute o espaço construído por elas como uma propriedade privada do capitalismo industrial, sendo disputado também pelo setor imobiliário. Este novo espaço social é mantido pela burguesia, porém subsidiado pelo operariado. Discute, ainda, a autora, a produção da habitação diante de uma visão sociológica na qual a forma específica de habitar molda o desenho urbano da cidade. Portanto, o tema abordado compreende as relações de trabalho e capital e desenvolvimento urbano. Eva Blay investiga as vilas operárias dos bairros do Brás, Mooca, Bom Retiro, Belém, Belenzinho, Ipiranga e Lapa, mas se detém, especialmente, na vila Maria Zélia.

A mesma autora, no capítulo de livro citado (1985) explora a questão das vilas operárias diante de um quadro social e político na cidade de São Paulo, atrelado diretamente à questão da moradia nas indústrias têxteis. Segundo Blay:

“(…) os industriais passam então a preencher a lacuna deixada pelo Estado quanto à habitação operária e viabilizam meios materiais e ideológicos para conduzir o comportamento social do emergente operariado urbano” (BLAY, 1979, p.66).

Nesse artigo, a principal citação como uma importante vila é a de Luís Tarquínio, “*ativo empreendedor capitalista e sensível inovador*”, na Bahia. As vilas passam a determinar a formação social, cultural e econômica do operário urbano (BLAY, 1979, p.150).

Nos anos 1990, Telma de Barros Correia trouxe à cena discussões menos localizadas sobre as vilas operárias e núcleos fabris brasileiros, ao empreender uma pesquisa nacional sobre o tema. Na tese de doutoramento que enfocava o núcleo fabril de *Pedra*, em Alagoas, propriedade do industrial Delmiro Gouveia, Correia mostrou como a produção de habitação operária foi algo dominante no cenário nacional. Isso ajudou, inclusive, a redimensionar tanto em termos temporais quanto geográficos, a industrialização brasileira, comprovadamente anterior ao regime republicano. Considera a autora, ainda, que os núcleos fabris foram um tipo de ambiente salubre e barato, privilegiado por espaços verdes e neutralização da rua, além de ser um espaço disciplinador, com suas funções bem definidas tanto em relação à distribuição espacial quanto à arquitetura das residências e o programa empregado nas mesmas. O núcleo fabril de Pedra se difere das vilas operárias, pois, era uma aglomeração isolada e com alto grau de autonomia, gerenciado pela indústria de Gouveia.

Correia, no capítulo do livro *São Paulo: metrópole em trânsito*, (2004) em conjunto com Philip Gunn, mostra o panorama fabril de São Paulo e aponta razões para a construção de

vilas operárias, tais como a crescente expansão industrial desde a construção da São Paulo Railway, aliado à escassez de moradia. A construção das vilas visava superar a dificuldade de atração e retenção de mão-de-obra. A contribuição mais específica desse trabalho é o fato de os autores considerarem a produção das vilas operárias uma importante expressão de São Paulo como uma cidade industrial tanto por suas origens e usos quanto por aspectos formais da arquitetura fabril (CORREIA; GUNN, 2004, p. 88).

No livro *Origens da habitação social no Brasil*, Nabil Bonduki (1998) trata a questão operária de forma interdisciplinar no período pré-1964, centrando-se nas intervenções realizadas por Getúlio Vargas. As “*casinhas mínimas*” citadas pelo autor como referência são as da Vila Maria Zélia, também estudadas por Eva Altermam Blay.

“A vila, além de segregada do tecido urbano, introduz a noção de habitação não só como o abrigo unifamiliar, mas como o conjunto de equipamentos coletivos necessários para o desenvolvimento de todas as atividades do tempo do não-trabalho” (BONDUKI, 1998, p.65)

A vila em questão foi adquirida pelo IAPI nos anos 1940 e é tratada pelo autor de maneira mais ampla, pois considera, em sua análise, as transformações urbanas da cidade e a política de moradia em São Paulo.

No ano de 2002, um artigo na revista *Óculum Ensaio: revista de arquitetura e urbanismo*, publicada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, redigido por Daisy Serra Ribeiro, sob o título de “*Vilas operárias na Campinas do Estado Novo: uma política de habitação*” narra brevemente a trajetória da cidade e identifica um padrão construtivo de moradia do trabalhador operário, após levantamento de oitenta loteamentos denominados ‘vila’. Durante o Estado Novo, segundo a autora, medidas efetivas como o Código de Construção e o Plano de Melhoramentos Urbanos, de 1934, estabeleceram uma política urbana que favoreceu a expansão residencial (RIBEIRO, 2002, p. 93). Ribeiro afirma que as indústrias e, conseqüentemente suas vilas, estabeleceram-se ao longo de eixos ferroviários ou de cursos de rios, em Campinas, e explicita:

“Esses loteamentos apresentam ruas com metragem de até oito metros de largura, consideradas secundárias ou de caráter exclusivamente residencial, onde os lotes poderiam ter de 7 a 10 metros de frente, com recuo mínimo obrigatório de quatro metros de jardim. As orientações do Código de 1934 eram precisas e detalhadas, conferindo, por exemplo, nos decretos para a aprovação das plantas de formação dos núcleos operários, espaços específicos para vias, parques, jardins, passagens, metragem mínima de frente de terreno e recuo de construções” (RIBEIRO, 2002, p. 95).

A pesquisadora May Helle Moda Balleiras¹ em sua dissertação de mestrado, defendida em 2003, abordou diversas indústrias têxteis e suas respectivas moradias operárias no interior de São Paulo, mais especificamente na região metropolitana de Campinas, sob o título de *Indústria e Habitação: Arquitetura fabril no interior de São Paulo*. A pesquisa de Balleiras

¹ Balleiras estuda os estilos arquitetônicos empregados nas construções das indústrias, constatando que até 1930 eram compostos por *sheds*, erigidos em alvenaria aparente com desenhos modulares. A partir de 1940, o desenho alia-se às novas técnicas e com uso do concreto e aço, caracterizando o uso do estilo ‘art déco’ e do modernismo. Em 1950, vãos livres, materiais pré-fabricados e alvenaria aparente constituem a nova expressão arquitetônica industrial.

compreendeu sete fábricas – Santa Francisca, Carioba, Júpiter, Fortuna e São Martinho, Gessy, Santa Bárbara - e analisa não apenas a questão da moradia, mas inclui, também, o processo de reestruturação industrial das plantas fabris e as relações com as vilas, os parâmetros construtivos adotados e a configuração sócio-espacial criada nas cidades a partir da implantação e desmonte das mesmas.

Concomitantemente à discussão do espaço fabril, a autora define a formação das vilas operárias e núcleos fabris como uma implantação diferenciada em cada caso das fábricas estudadas. Algumas indústrias compunham suas vilas como cidades-jardins, outras com casas em fileiras ou geminadas. Entretanto, apesar de diferenças espaciais, buscava-se construir de maneira econômica, racional, garantindo um ambiente dotado de características e relações sociais próprias. Segundo Balleiras:

“A oferta de espaços de moradia pelas indústrias apresentou-se de diversas formas e revelou intenções diferentes de seus idealizadores. Estas iniciativas foram responsáveis pela criação de ambientes e relações sociais próprias, estruturadas pelo trabalho e que se estendem para formas de morar, ao convívio social, ao lazer e à educação. As relações estabelecidas nestes espaços baseavam-se em um ideal de controle e gestão da mão-de-obra, que marcou profundamente a vida das famílias operárias que vivenciaram, por décadas, o cotidiano fabril, dentro e fora das fábricas” (BALLEIRAS, 2003, 305).

No ano de 2004, em dissertação de mestrado, Flávia Brito do Nascimento estudou a atuação do Departamento da Habitação Popular do Rio de Janeiro, nos anos compreendidos entre 1946 a 1960. Durante este período, profissionais como Carmem Portinho e Afonso Reidy – personagens do debate habitacional dos anos 1940 e 1950 - empenharam-se em configurar um novo conceito, a partir de novas técnicas, para a habitação popular nos conjuntos habitacionais. Além de “bela” a arquitetura deveria ser “adequada” e atender às necessidades de assistência social.

“Habitar, para o grupo DHP, significava criar determinadas condições de moradia para os trabalhadores, inicialmente funcionários da PDF, encontradas idealmente nas unidades residenciais autônomas: o espaço privado da casa tinha as funções divididas entre estar e íntimo, distribuídas por meio de duplex. Ventilação cruzada, boa aeração, cozinhas e banheiros com as peças adequadas também eram elementos básicos de todos os projetos. Mas habitar não se restringia à casa em si. Serviços adjacentes à morada, escola, posto de saúde, creche, sede social e áreas livres ajardinadas e cuidadas, eram pontos básicos do plano de moradia” (Nascimento, 2004, p. 246).

A autora esclarece o papel da Igreja Católica na formação social e moral do operário que apregoava ser a família o núcleo primeiro e principal da sociedade. As relações da “família-modelo” com a “casa-padrão” erigidas no período enriquecem a discussão, já que *“o ideal de casa se aproximará intimamente de um ideal de família”* (Nascimento, 2004, p. 55). Na dissertação, Nascimento analisa os conjuntos de Pedregulho, Vila Isabel, Marquês de São Vicente e Paquetá, dentre outros de diversas tipologias. A ideia de casa isolada no lote tem, no trabalho de Nascimento, sua história e disseminação em território carioca esquadrinhado, o que ajuda a entender a persistência dessa forma de arranjo formal da domesticidade também no interior paulista e, em especial, em Itatiba.

Um outro estudo que contribuiu para este trabalho de grande maneira foi a tese de doutorado de Vanda Maria Quecini, defendida, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

da USP, em 2007. A autora analisou o núcleo fabril que deu origem à cidade de Timóteo, antiga ACESITA, no Vale do Aço Mineiro, contextualizando o processo de industrialização nacional e o universo das cidades siderúrgicas brasileiras.

A autora enfoca desde a formação conceitual de cidade e suas relações com os ambientes urbanos e rurais até a atividade produtiva diretamente ligada a ela, formulando e descrevendo as cidades a partir de seu caráter econômico, social e político. Timóteo pode ser definida, segundo Quecini “*como ‘cidade nova’ pois foi fruto de um desejo desenvolvimentista e de um projeto urbano impactante*” (Quecini, 2007, p. 24) gerida a partir de um núcleo fabril.

“Mais do que o reconhecimento dos diversos aspectos do legado urbano da indústria à cidade (econômico, político, social, cultural e urbanístico), discutidos ao longo do trabalho (...) busca-se verificar qual seu significado e assim descobrir porque alguns permaneceram intocados, outros foram profundamente alterados e outros quase desapareceram. (...) Assim, a eleição dos heróis locais para protagonizar sua história, fundamentada no pioneirismo dos seus fundadores e no patriotismo de seu grande construtor, até o ecologismo das atuais políticas sociais, a ACESITA tem participado de forma ativa na construção de um conjunto de valores que guiam mais do que hábitos cotidianos da população, eles servem como parâmetros na determinação dos elementos adotados para representar a cidade e sua sociedade” (Quecini, 2007, p. 8).

Com uma outra abordagem, Gabriela Campagnol, em sua tese de doutoramento (2008), investigou a formação do Patrimônio Industrial da agroindústria do açúcar e do álcool, caracterizando a arquitetura fabril e sua implantação, origens, características e transformações do espaço operário. Compõe esse estudo o levantamento das áreas da zona da mata de Pernambuco, norte fluminense e interior de São Paulo, além do estabelecimento de uma comparação do Brasil com Cuba e com os Estados Unidos. A autora descreve a ocupação pela agroindústria e a evolução da produção de cana-de-açúcar, desde a fabricação nos engenhos de açúcar das grandes fazendas do período escravocrata até o pró-álcool. Os núcleos urbanos formados ao redor do modelo industrial de produção canieira caracterizavam-se pela construção de moradia em núcleos fabris, compondo uma nova paisagem na área rural. As vilas operárias e núcleos fabris, segundo Campagnol, anteciparam muitas das inovações atribuídas às cidades-jardins e à arquitetura e ao urbanismo do século XX. Ao urbanismo representaram uma “*apreciação modelar para a reorganização das cidades e da vida dos trabalhadores*” (CAMPAGNOL, 2008, p.14).

“As razões para a construção das vilas operárias e núcleos fabris estão ligadas tanto a fatores econômicos, quanto à intenção de controle social dos trabalhadores pelos patrões. Entre tais condicionantes, pode-se situar: necessidade de mão-de-obra e fixação do trabalhador na indústria; busca de controle disciplinar; investimento rentável; mecanismo de pressão salarial e estratégia para manter o trabalhador junto à fábrica, disponível em tempo integral” (CAMPAGNOL, 2008, p.14).

O estudo da autora focou-se na configuração física do ambiente construído, entretanto, investigou a organização do espaço produzido pela produção açucareira moldado por determinantes socioeconômico, revelando que dentro da área rural a ocupação foi planejada.

Pode-se notar, portanto, que as vilas operárias permearam o cenário urbano de várias cidades por todo o Brasil, passando por estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e

São Paulo, entre outros. Em cada estado, configuraram um espaço de morar dentro da dinâmica fabril e com relações sociais próprias, estendidas a equipamentos de educação e lazer.

Embora cada autor apresentado possua um foco de estudo diferenciado, convém pontuar que todos analisam a instalação fabril diante de um panorama político e econômico, no qual as relações humanas estão intrinsecamente relacionadas ao espaço. Essas balizas foram fundamentais para este estudo e, espera-se que as mesmas possam ser vislumbradas nas análises efetuadas.

Capítulo 2 PERCURSO TEÓRICO



Comício de 1º de maio de 1979 na Vila Euclides em São Bernardo do Campo

PERCURSO TEÓRICO

1.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

O processo brasileiro de industrialização iniciou-se a partir do ano de 1840, meio século depois da Inglaterra, ainda numa sociedade escravista. Algumas fábricas de “fundo de quintal” e outras de pequeno porte estabeleceram-se no país, sendo uma grande parte delas destinadas à produção de tecidos (Foot; Leonardi, 1982, p. 24). No ano de 1882, a então Província de São Paulo contava com nove fábricas têxteis, ficando atrás de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, o que, em conjunto, compunha um expressivo número de operários trabalhando em indústrias pelas cidades de Itu, Salto, Jacareí, Sorocaba e na capital. Coexistiam no cenário brasileiro o crescimento industrial, o latifúndio e a escravidão, configurando um momento no qual o “trabalho não aparece como elemento necessariamente desqualificador e nem como atividade lucrativa” (Foot; Leonardi, 1982, p. 43).

A indústria têxtil ganhou um novo impulso no Estado em 1869, quando a primeira fábrica na cidade de Itu, interior de São Paulo, implantou a máquina a vapor, utilizada na Inglaterra desde o século XVIII. Segundo os autores Francisco Foot e Victor Leonardi:

“A primeira fábrica de tecidos que utilizou máquina a vapor na província de São Paulo havia sido fundada em Itu, em 1869. Nesta província, a produção de algodão havia aumentado muito durante a guerra civil norte-americana. Após 1865, os preços baixos do algodão favoreceram o aparecimento das fiações e tecelagens nos arredores do Rio de Janeiro e Minas Gerais e, a partir dos anos 1870, na capital de São Paulo e em cidades do interior como Sorocaba, Jundiaí, Itu, Taubaté, Tatuí, Salto e outras. A maior parte da produção era de tecidos grosseiros, pois aí não se verificava concorrência por parte dos produtos ingleses. Ou, então, de sacaria, para a exportação de nossos produtos agrícolas” (Foot; Leonardi, 1982, p. 45).

No Brasil, entre 1885 a 1895, ocorreu o primeiro surto industrial, aliado ainda à acumulação de capital vindo, em parte expressiva, da expansão cafeeira, acentuando o nível da organização e divisão social do trabalho. Neste processo de desenvolvimento, o país não possuía praticamente nenhuma autonomia econômica, pois dependia do investimento do capital estrangeiro. Entretanto, apesar da forte presença britânica, a burguesia paulista nascente investia na construção de estradas de ferro, como a São Paulo Railway, inaugurada em 1867, como também se dedicava à comercialização nos portos, fábricas e organizações bancárias (Foot; Leonardi, 1982, p. 56).

Em 1890 a cidade de São Paulo já contava com 64.934 habitantes e, em 1900, a população paulista somava 239.820 habitantes, representando um crescimento de 269,3% (Campos Neto; Saccheta; Gama. 2004. p. 62). E foi neste contexto que São Paulo recebeu grande quantidade de imigrantes, resultando em contrastes sociais e serviços públicos precários, especialmente aos dedicados à nova população que não detinha nenhum poder aquisitivo ou político. Paradoxalmente, a moda, a arte e a arquitetura eram trazidas da Europa e da América. Associações e entidades filantrópicas organizavam movimentos sociais, compondo a sociedade paulista de “múltiplas identidades” e com rico intercâmbio cultural e político, não só com as cidades européias e do norte do continente americano, mas também

com as cidades do interior paulista, proporcionado pela São Paulo Railway (Campos; Saccheta; Gama, 2004, p. 66).

Quadro 1 – População na cidade de São Paulo por distritos (1886 – 1900)

Distritos	1872	1886	1890	1893	1900
Sé	9.213	12.821	16.395	29.518	
Santa Ifigênia	4.459	11.909	14.025	42.715	
Consolação	3.357	8.269	13.337	21.311	
Brás	2.308	5.998	16.807	32.387	
Núcleo Urbano	19.337	38.997	60.554	125.931	
Núcleos Isolados	3.906	5.033	4.370	4.844	
Total	23.243	44.030	64.934	130.775	239.820
Crescimento anual do período		5%	11%	28%	9%

Fonte: MORSE (1970). Citado por BONDUKI, 1998, p. 18.

Nas palavras de Nabil Bonduki:

“O problema da habitação popular no final do século XIX é concomitante aos primeiros indícios de segregação espacial. Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionaram inúmeros problemas, a segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo às elites áreas de uso exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos” (Bonduki, 1998, p. 20).

Apesar do problema habitacional ainda ser tímido em São Paulo no século XIX, a população que migrava para a cidade em busca do trabalho industrial tornava-se maior e, por consequência, a procura por casas também. Entretanto, a demanda tornou-se maior que a oferta, provocando, assim, a formação do principal tipo de habitação popular até então: o cortiço (Carpintéro, 1997, p. 60).

A população que chegava a São Paulo compunha um cenário de riqueza étnica, entretanto, acabou por despertar na cidade uma tensão social advinda das condições sanitárias precárias e do abuso da força de trabalho (Campos; Saccheta; Gama, 2004, p. 67), já que a cidade não comportava o contingente habitacional que vinha alcançando.

Neste período, instaurou-se, pelo governo republicano, a Inspetoria de Higiene Provincial (1886) e o Serviço de Higiene (1888), na tentativa de conter epidemias e zelar pela saúde pública. Em 1894, foi instituído o Código Sanitário, pelo qual as autoridades políticas proibiam a construção de cortiços nas áreas centrais da cidade.²

A *urbs* paulistana esboçava um crescente comércio e as indústrias manufatureiras concentravam-se ao longo da ferrovia, nos bairros do Brás, Mooca, Bom Retiro, Barra Funda, Lapa e no distrito de Caieiras. As primeiras foram a Companhia Antártica (1885) e a Companhia Melhoramentos -1890 (Campos; Saccheta; Gama, 2004, p. 69).

Em meio ao desenvolvimento econômico, “ideais de civilização” eram construídos pela sociedade burguesa, assim como a idéia de trabalho digno na cidade. Desde a chegada da

² Ver Carlos A C. Lemos, “Os primeiros cortiços paulistanos”, em M. R. A de Sampaio. Habitação e Cidade - São Paulo: FAU-USP/FAPESP, 1998 - que traz na íntegra o relatório.

ferrovia, em São Paulo, o desenvolvimento econômico e o controle social já permeavam a paisagem urbana, além de nítidos contrastes (Campos; Saccheta; Gama, 2004, p. 69).

Abaixo, uma tabela demonstrando o nível de mortalidade em decorrência das epidemias.

Tabela 1 - Taxa de mortalidade

Ano	Índice de mortalidade
1894	28.09
1895	30.53
1896	28.89
1897	22.76
1898	19.55
1899	16.45
1900	17.12
1905	16.96
1910	19.89
1915	15.24
1918	28.03
1920	18.24
1925	16.25
1930	15.30
1935	13.37
1940	11.69
1949	10.18

Fonte: SANTOS 1962. Citado por Bonduki, 1998, p. 42.

1.2 SÃO PAULO E A INTERVENÇÃO ESTATAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A partir de 1890 até meados dos anos de 1930, São Paulo é reconhecidamente a “capital do café” no regime republicano. Um perfil de cidade moderna e movimentada dá a São Paulo um novo centro de grande fluxo e moralmente valorizado, especialmente após utilizar-se de medidas sanitárias de higiene pública, afastando “*o fantasma de insalubridade e das epidemias*”, justificando medidas segregadoras entre população rica e pobre (Campos; Saccheta; Gama, 2004, p. 72). Os espaços centrais valorizam-se e edificações de prestígio erguem-se, consolidando a imagem de centro administrativo, comercial e financeiro. Os bairros residenciais merecem especial atenção na política urbana, assim como imóveis públicos erigidos para embelezar a cidade, agora com vias alargadas, viadutos, bulevares e praças.

Entretanto, uma outra paisagem da cidade de São Paulo se configura e cresce às margens da “embelezada” região central, nas áreas de várzeas do Tietê e do Tamanduateí. Num cenário de fábricas, chaminés e indústrias, grande parte da população trabalhadora vive uma realidade à parte, morando em cortiços na periferia e em torno das indústrias, que, implantam novos modos de produção e de dominação espacial. As políticas higienistas expulsaram a camada mais baixa da população das áreas mais antigas da cidade em prol da requalificação do espaço urbano, cuidando apenas para que permanecessem distantes da região central. Não havia ainda uma política de gestão da reforma urbana. (Carpintéro, 1997, p.61).

O então prefeito Antonio da Silva Prado, rico empreendedor e industrial, administrou São Paulo de acordo com tais interesses até 1911 (Campos; Saccheta; Gama, 2004, p. 73).

O Estado na Primeira República intitulava-se liberal e relutava, ao máximo, em interferir na esfera privada. Entretanto, na questão habitacional, acabou por intervir de forma mais vigorosa em benefício da saúde pública. Os serviços de água e esgoto, os loteamentos indiscriminados coordenados pelo setor privado constituíram séria ameaça à formação de epidemias e problemas de salubridade na cidade. Aos moldes internacionais, o Estado implantou as leis sanitárias (Bonduki, 1998, p. 29). O poder público atuou no controle sanitário das habitações, na legislação e códigos de postura, obras de saneamento básico e urbanização da área central. O distrito de Santa Ifigênia, um bairro operário repleto de cortiços, foi inspecionado após a epidemia de febre amarela em 1893 e a partir de então se constatou a necessidade de implantação de um código sanitário e padrões de construção, a fim de evitar epidemias.³ Entretanto, este tipo de habitação continuava a proliferar na cidade, pois nenhum outro tipo de moradia era oferecido para a camada trabalhadora (Carpintero, 1997, p.61).

Apesar das tentativas estatais de transformar o higienismo em lei, a postura da população nem sempre correspondia às expectativas. O Código Sanitário de 1894 e o Código de Posturas de 1886 regulamentavam a construção de cortiços, mas, ainda assim, construções ilegais e fora dos padrões exigidos continuavam a surgir na periferia paulistana. Não havia meios de demolir todas essas construções, pois representavam abrigo a um grande número da força de trabalho que aí só se instalavam por falta de opção. Especificações foram impostas à habitação operária, tais como gabarito, desenho, dimensões e equipamentos sanitários. No livro de Nabil Bonduki, *Origens da Habitação Social no Brasil*, um trecho explicita esta situação:

“Desse modo, a maioria das leis regulamentava a construção de cortiços – sempre entendidos como habitações produzidas em série e abrindo para um pátio ou corredor. O Código de Posturas de 1886 determinava uma área mínima de cinco metros quadrados para cada cômodo, uma distância de pelo menos 5 m entre cada linha de cortiços, um poço com água e um pequeno tanque de lavagem para cada seis habitações, uma latrina com água para cada duas habitações – e dispunha que esses assentamentos eram proibidos no perímetro do comércio” (Bonduki, 1998, p.38).

Neste contexto, foram propostas várias leis de estímulo à construção de vilas operárias, modelo de habitação econômica e higiênica. Durante a Primeira República, o direito absoluto de propriedade era garantido ao proprietário com aluguel fixado sem interferência do poder estatal. Só a partir de 1927 vigorou a primeira lei do inquilinato (BONDUKI, 1998, p. 41). Em São Paulo a lei 493/1900 e a lei 498/1900 previam a isenção de impostos para as vilas produzidas no padrão da prefeitura e a Caixa Econômica era autorizada a *“empregar um quinto de seus fundos em empréstimos hipotecários às sociedades construtoras de casas baratas e higiênicas e às sociedades de crédito que facilitassem a compra ou a construção dessas casas”* (BONDUKI, 1998, p. 41).

³ Ver Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia.

Segundo Eva Alterman Blay, a partir destas leis, os *“padrões construtivos reduziam-se e, em consequência, o custo das habitações, mas elas eram afastadas do perímetro urbano. Era uma dupla forma de segregação social: a cidade ratificava e incorporava as diferenças de classe através da ação da Câmara Municipal”* (Blay, 1890, p.45).

Duas modalidades de vilas operárias foram implantadas: as produzidas por indústrias e as produzidas pelo setor privado para locação. Entretanto, na República Velha, a regra geral foi a produção de vilas por indústrias, as quais,

“Procuravam difundir padrões de comportamento adequados, na óptica capitalista do desempenho do trabalho livre. Os padrões de honra exaltados, as regras de moral burguesa e as normas de vida transmitidas pela burguesia ao operariado constituíam parcela da ideologia a ser difundida aos subordinados” (Blay, 1890, p. 22)

A partir de 1912, são numerosos os anúncios de loteamentos para construção de vilas operárias, segundo a autora Marisa Varanda T. Carpintéro, e sobre as vilas explicita:

“A maior parte das casas compunham-se de dois a três quartos, uma sala, uma cozinha, latrina e quintal; todas alinhadas na frente das ruas, sem jardins e com quintais no fundo para uso doméstico. Alguns empresários cobravam de seus operários o aluguel da casa que ocupavam na vila, outros procuravam descontar, dos salários de seus funcionários, o custo com a moradia. (...) Se as vilas operárias geraram uma fonte de lucro para os empresários, trouxeram, contudo, muitos problemas para os operários. O pior de todos dizia respeito à incapacidade de solucionar de maneira completa a carência de moradias para a população trabalhadora. O fato de apenas alguns operários auferirem o privilégio do acesso às vilas, provocava uma desigualdade entre os trabalhadores no interior de uma mesma fábrica e, talvez como consequência dessa situação particular, aqueles que conseguiram ocupar as casas das vilas operárias acabaram por incorporar os hábitos e valores exigidos pelos patrões. (...) Os jornais de tendências anarquistas e comunistas viviam denunciando o regime penitenciário existente no interior das vilas operárias com uma medida de controle insuportável para os operários” (Carpintéro, 1997, p. 68).

A partir de 1920, o modelo urbanístico não comportava mais o crescimento exigido pela industrialização cada vez maior na cidade. O novo prefeito, Pires do Rio, esboçou políticas públicas estimulando o transporte rodoviário e a verticalização, além de encomendar o Plano de Avenidas a Prestes Maia e Ulhôa Cintra, definindo os rumos para a cidade de São Paulo (Carpintéro, 1997, p.93). O Plano consistia em estruturar o transporte e a dinâmica intraurbana. Pretendia renovar a área central e expandir a mancha urbana para limites até então não previstos, através de eixos rodoviários e privilegiando o transporte público de ônibus (GROSTEIN, 1998, p. 55). O Plano possuía um item, de acordo com a autora Marisa Varanda T. Carpintéro, chamado *habitações populares*, aliando essa questão ao transporte urbano, *zoning* e demais alternativas. Com o intuito de solucionar tais problemas, Prestes Maia propõe a implantação de cidades-jardins, nas quais áreas verdes, parques e escolas se organizariam próximos às áreas de residências, como foi feito, em partes, nos bairros industriais (Carpintéro, 1997, p. 95).

Até os anos 1920, as vilas operárias e os cortiços, na cidade de São Paulo, compunham a opção de moradia para a classe trabalhadora urbana (Carpintéro, 1997, p.69). A partir de então, por volta de 1930, a industrialização encontra-se em um novo período, assim como a política habitacional e do trabalho, sendo as vilas operárias não mais uma opção viável ou interessante.

1.3 PRODUÇÃO HABITACIONAL NO PERÍODO VARGAS (1930 - 1945)

No governo de Getúlio Vargas, a questão habitacional tornou-se um dos principais enfoques do programa governamental, surgindo como aspecto crucial da vida do operariado, numa política na qual o nacionalismo e o desenvolvimento do país se mostravam como o “carro-chefe”.

O sanitarismo, tão presente na Primeira República, torna-se, agora, uma questão secundária. O habitar é visto como “*condição básica de reprodução da força de trabalho e formação ideológica, política e moral, decisiva na criação do homem novo e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política*” (Bonduki, 1998, p. 73). Outro fator relevante é que se buscava a racionalização e economia na produção deste tipo de moradia. O fundamental, segundo Nabil Bonduki, era alterar o modelo de produção e de provisão de moradia operária (Bonduki, 1998, p. 73).

A intervenção estatal neste período foi desejada pela opinião pública e setores sociais, mostrando-se, de fato, necessária. Neste contexto, o governo congelou os aluguéis, em 1942, através da lei do Inquilinato – a lei foi divulgada como uma tentativa de defesa às classes populares e trabalhadoras e redução do custo de reprodução da força de trabalho; no entanto, contribuiu também para desestimular o investimento imobiliário, desviando o capital para o desenvolvimento do parque industrial - esclarecendo que esta era uma medida necessária em virtude da Segunda Guerra Mundial. Após esta, estimulou-se o debate sobre a questão habitacional e impulsionando a opção pela casa própria, sendo esta sinônimo de qualidade de vida, progresso material e melhoria das condições da habitação do proletariado. A fim de que fosse alcançado o objetivo da casa própria, foi apresentado ao operariado, no governo populista de Vargas, duas opções: uma seria reduzir os custos da construção, terreno e urbanização e, outra, seria a ocupação da zona rural, rebaixando as condições urbanas.

Além de uma questão econômica e estrategista, o estímulo à aquisição da casa própria comprovava para a sociedade paulista que o esforço do trabalho compensava, gerando frutos e riquezas. Estimulando a população a consumir, o governo mantinha sob controle possíveis ascensões de ideais socialistas no meio proletário, pois a propriedade privada é a principal base do capitalismo num âmbito macropolítico. Enquanto a casa própria e a difusão da propriedade criam a ilusão do progresso econômico, a idéia de família, introduzida pelo Estado e pela Igreja reproduzia a moral burguesa e garantia a contenção das camadas mais baixas que habitavam os cortiços na periferia da cidade (Bonduki, 1998, p. 84).

A habitação operária representa para o Estado a manutenção da ordem econômica, política e social, desempenhando papel transformador no modo de vida do trabalhador e reproduzindo padrões de comportamento burgueses. “*Pode-se dizer mesmo que a casa própria vem a ser, sob o ponto de vista social, a mais alta expressão do progresso realizado na política de assistência econômica às classes trabalhadoras*” (FUGULIN 1942, citado por Bonduki, 1998).

No campo social, segundo a análise sociológica de Eva Alterman Blay, a questão habitacional é uma “*atividade social de produção e de consumo*”; e o que determina o consumo da habitação pelos trabalhadores é a produção capitalista, sendo a valorização do capital, o motivo pelo qual o Estado interveio na questão (Blay, 1890, p. 20). O surgimento das vilas operárias, sintetiza Blay, “*no cenário urbano, é parte do processo de industrialização e constitui uma etapa da formação do operariado*”, e conclui:

“A proposta de construção de vilas operárias é indicativa de uma politização do espaço urbano, que passa a ser encarado como um bem sobre o qual o poder público deve encaminhar certas normas de uso. O confronto com a propriedade privada do solo urbano, porém, limita desde o início as formas de ação do poder público, que não ousa impor normas, mas procura oferecer regalias ao capital privado, induzindo-o a agir conforme interesses coletivos” (Blay, 1890, p. 20).

A casa na vila representa uma alternativa de controle e dominação do patrão sob o empregado, incitando-o a reconhecê-lo como o “*chefe da família operária*”. Essa visão paternalista, na verdade, permite que a burguesia doutrine a classe trabalhadora de acordo com as normas morais que julgam ideais, com o aval da Igreja católica, do Estado e do industriário. Além disso, a reprodução e garantia da força de trabalho têm seu custo reduzido (Blay, 1890, p. 22).

Correia define os efeitos da noção de propriedade da casa, impressos pela elite do século XIX às classes trabalhadoras:

“As elites do século XIX colocaram grandes expectativas nos efeitos que a propriedade da moradia poderia gerar sobre o trabalhador. Esse foi um tema amplamente discutido por homens letrados, preocupados com a propagação de sentimentos de revolta e com a decadência de meios tradicionais de controle das elites sobre as classes populares. Para eles a propriedade de uma casa poderia gerar imensas transformações no pobre: estimularia hábitos de poupança para melhorias na moradia; conduziria o morador a utilizar parte das horas livres nos cuidados com a habitação, afastando-o de bares e de reuniões políticas; tendo uma casa mais aconchegante, se prenderia mais a ela e se aproximaria mais dos familiares; pensaria duas vezes antes de aderir a movimentos grevistas, revoltas e rebeliões, uma vez que teria algo a perder, seu lar e sua propriedade. Enfim, poderia ser levado a se identificar com os membros das classes dominantes. As responsabilidades, a tranquilidade e o prazer da posse de um imóvel eram, portanto, vistos como um antídoto poderoso contra a inquietação, a revolta e a desmoralização, que entendiam estarem atingindo os pobres e trazendo perigos imensos para a segurança das propriedades e das instituições. Frédéric Le Pray foi um dos propagandistas do caráter moralizador da propriedade, apontando no sistema de locação que predominava nas cidades e centros manufatureiros franceses uma das causas de perturbação da ordem social” (Correia, 2004, p.60).

A partir de 1940, com a Segunda Guerra Mundial, a crise habitacional foi agravada em São Paulo. A Lei do Inquilinato desestimulou a construção de residências e o Estado não conseguia suprir a demanda, causando um desequilíbrio entre oferta e procura. A classe trabalhadora foi a principal prejudicada e, a partir desta situação, a cidade transformou-se mais uma vez até o resultado que temos atualmente: a autoconstrução na periferia da cidade, acarretando na formação das favelas.

Neste momento, a cidade enfrentou a renovação de seu centro urbano, a febre imobiliária e especulativa, fazendo com que empreendimentos para classes média e alta representassem o grande movimento financeiro do mercado. Entretanto, para a indústria, o esquema

imobiliário prejudicou o fornecimento de alojamento para os operários e desviou capital para a montagem e expansão do parque industrial. Para combater a situação, a partir do final da guerra, o governo brasileiro impôs restrições ao crédito imobiliário, inclusive dos IAPs, a fim de desestimular a construção civil, já que a Lei do Inquilinato proporcionou o congelamento do setor de aluguéis (Bonduki, 1998, p.235).

A tabela abaixo demonstra a porcentagem comprometida da renda familiar quanto à moradia e alimentação nos anos 1930 e 1940, principal consumo da população e que refletiam o “*padrão de vida operária*”.

Quadro 2 - Porcentagem comprometida da renda familiar quanto à moradia e alimentação: 1930 e 1940

Pesquisa	Ano	Porcentagem da renda familiar comprometida com moradia	Porcentagem da renda familiar comprometida com alimentação
Horace Davis (operários de vários ramos)	1936	22%	50%
S. H. Lowrie (operários de limpeza pública)	1938	15%	54%
O. E. Araújo (operários da Usina Santa Olímpia)	1941	12%	52%
O. Nogueira (operários da indústria têxtil)	1948	10%	-
Associação Comercial (Setores não especificados, provavelmente comerciais)	1935 1939 1943	35% 34% 28%	29% 31% 35%

Fonte: Araújo 1942, Nogueira 1949, Associação Comercial 1945. Citado por Nabil Bonduki, 1998, 236.

Segundo Nabil Bonduki:

“As consequências disso (lei do inquilinato) no nível de vida da massa trabalhadora foram diferenciadas: aqueles que conseguiram se manter nas moradias com aluguéis antigos puderam conservar seu nível de vida, repassando os “prejuízos” aos proprietários das casas; no entanto, os recém-chegados à metrópole e os que eram despejados ou “vendiam” seu direito aos aluguéis congelados só conseguiam moradia pagando um aluguel muito mais elevado – o que acarretava uma diminuição de seu nível de vida. Criaram-se assim as condições econômicas para o surgimento e a proliferação de novas soluções habitacionais de baixo custo monetário nulo – como a casa própria em favelas ou loteamentos particulares” (Bonduki, 1998, p. 237).

1.4 PRODUÇÃO ESTATAL DA HABITAÇÃO

A política habitacional brasileira teve como um de seus representantes dois órgãos federais para atuar nesta questão: os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP).

Ambos os órgãos constituem uma intervenção pública em nível habitacional no período de 1945 a 1954, situando um contexto de transformação no modo de habitar e de crise neste setor.

A autora Carpintéro transcreve em seu livro o artigo que define o IAP:

“Precisamente em 27 de abril de 1932 houve por bem o Governo Provisório, pelo decreto n 21.326, aprovar o regulamento para aquisição e construção de casas pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões ditando enfim as regras para realização do humanitário fim.

A exigência mínima de 10 associados para a solicitação de construção de casas imitando o 1 do art. 4 em 30% do vencimento ou salário mensal. Com o intuito de facilitar o encaminhamento dos pedidos, foi cometida ao Conselho Nacional do Trabalho a incumbência de organizar modelos para os contratos a que se refere o regulamento e plantas de tipos diversos de construções, nos limites estabelecidos com as respectivas especificações e orçamentos e mais esclarecimentos úteis, o que já se encontra feito pelo Serviço de Engenharia e devidamente aprovado pelo Conselho; trabalho este que por certo bons serviços prestará” (Carpintéro, 1997, p. 144).

Segundo interpretação de Bonduki, no final do Estado Novo teria sido possível formular uma política habitacional consistente, se não fossem as contradições do governo populista de Vargas impedirem a implementação de dispositivos indispensáveis para o “Estado do bem-estar social”, tais como a descontinuidade administrativa e política na intervenção do problema da moradia, o que estimulou a população a encontrar soluções informais como a favela e loteamentos periféricos para se instalarem.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP) é uma regulamentação da previdência social, com participação determinante do Estado, aprovada com a lei Elói Chaves de 1923. O IAP estende-se a vários tipos de segmentos de trabalho, mas especialmente aos operários e tem por finalidade garantir um fundo de capitalização monetária para que fosse possível que trabalhadores de renda baixa adquirissem um imóvel, além de tratarem de políticas setoriais como saúde e convênio médico. Contudo, mostrou-se contraditório em alguns momentos, conforme Bonduki:

“Assim, a habitação sempre apareceu de maneira ambígua entre as finalidades dos IAP’s: ora como objetivo importante, ligado à idéia da seguridade social plena, ora como mero instrumento de capitalização dos recursos captados, e, portanto, desprovido de fins sociais. Essa ambiguidade presente durante o período populista, devido à impossibilidade de se alterar a estrutura previdenciária criada nos anos 30, tornou-se entrave à formulação de uma política consistente de habitação social” (Bonduki, 1998, p. 101).

Os IAPs, portanto, mantiveram o consumo mínimo das classes de menor renda e incapacitadas para o trabalho; elevou a capacidade de trabalho dos assalariados através da assistência médica e representou fonte de recursos para investimento em diversos setores da economia (Bonduki, 1998, 103). É difícil precisar se a intenção dos IAPs era, de fato, o atendimento social ou se apenas queriam ampliar a rentabilidade das reservas, já que nem sempre os financiamentos se dirigiam às classes de baixa renda (Bonduki, 1998, p. 111). Os vários institutos criados seguiram basicamente a resolução do 2º decreto de lei 19.469 de 17/12/1930, proposta com a Revolução de 1930. A lei postulava:

“Excluídas as importâncias indispensáveis às despesas normais com os pagamentos de benefícios legais e dos serviços administrativos, tais fundos serão aplicados na aquisição de títulos de renda federal e na construção de casas para os associados das respectivas caixas, com a suficiente garantia hipotecária” (Bonduki, 1998, p. 103).

Entretanto, de 1930 até 1936, os investimentos dos IAPs mantiveram-se limitados, através da citada lei, na questão da moradia. Apenas a partir de 1937, com o decreto 1.749, foi que os IAPs foram autorizados a criar carteiras prediais e destinar até metade de suas reservas para o financiamento das construções. Os trabalhadores que poderiam ter acesso a um

financiamento para a compra de uma casa ou para a construção de casas econômicas deveriam ser associados ao IAP, sindicalizados ou em faixa etária produtiva de 21 a 55 anos (Carpintéro, 1997, p.145). O fato de o IAP exigir que o trabalhador fosse sindicalizado, já demonstra a intervenção do Estado no sentido de controle sobre este trabalhador e, de fato, o Instituto encontrava-se vinculado tanto a este quanto às empresas. Logo após 1930, é sugerida aos operários a ação do Ministério do Trabalho a fim de tomar providências quanto às questões sindicais, sendo a pluralidade sindical proibida durante o Governo Provisório.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), o que mais interessa a esta pesquisa de TCC, baseava-se em três planos até 1964, conforme citado no livro de Nabil Bonduki (Bonduki, 1998, p. 104):

- Plano A: locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido.
- Plano B: financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio.
- Plano C: empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas.

Os planos A e B possuíam um aspecto social com o objetivo de elaborar uma política de habitação social, enquanto que o plano C garantia apenas a rentabilidade das operações. No período de 1945 a 1950, prevaleceu a política de desenvolvimento baseada nos planos A – que representava maior força política e rentabilidade, pois as residências construídas eram alugadas, proporcionando ao IAPI um vasto patrimônio de terrenos urbanos, estatizando a atividade construtiva - e B. Após 1964, ditadura militar, o plano C entrou em vigor com maior relevância. De acordo com a literatura de Nabil Bonduki:

“A adoção do aluguel como forma de acesso aos conjuntos produzidos pelos IAP’s, através do plano A, mostra outro aspecto da ambiguidade da ação habitacional no período. O debate sobre habitação para os trabalhadores durante a ditadura Vargas caracterizou-se por uma preferência pela casa própria, postura que se difundiu por vários segmentos formadores de opinião. Nas Jornadas de Habitação Econômica, em 1941, vários participantes ressaltaram a necessidade de viabilizar o acesso à propriedade. Objetivos de ordem econômica, como a redução do custo da reprodução da força de trabalho, ou de ordem ideológica, que consideravam a casa própria um instrumento para transformar os trabalhadores em defensores da ordem e do conservacionismo, eram citados como fatores do empenho do governo e das elites em facilitar para os trabalhadores a obtenção da casa própria. No discurso de 1. de maio de 1951, o presidente Getúlio Vargas manifestou sua preferência por essa opção: ‘A casa própria para o trabalhador constitui uma das finalidades essenciais que determinaram a criação das organizações securitárias, e esse ponto deve estar presente no espírito dos seus administradores’ (Bonduki, 1998, p. 106).

A tabela abaixo demonstra a produção da habitação pública federal dos IAPs para os planos A e B.

Tabela 3 – Produção da habitação pública federal dos IAPs.

Órgão	Plano A	Plano B	Subtotal
IAPB	5.511	12.347	17.858
IAPC	11.760	16.219	27.979
IAPETC	3.339	2.917	6.256
IAPFESP	742	25.053	25.795
IAPI	19.194	17.219	36.413
IAPM	82	2.451	3.333
IAPSE	6.361	-	6.361
Subtotal de IAP's	47.789	76.206	123.995
Fundação Casa Popular			18.132
Total			142.127

Fonte: FARAH 1983 e MELO 1987. Citado por Bonduki, 1998, p. 128.

O serviço de engenharia do IAPI, composto por um quadro de profissionais engenheiros, recebia as instruções, que eram adotadas e incorporadas para a responsabilidade de construir os conjuntos residenciais do Instituto e de avaliar os imóveis cadastrados no Plano B (Aravecchia, 2000, p. 82).

O projeto de lei que determinou os parâmetros para a construção de casas operárias, através do IAP, considerava em seus artigos, segundo a autora Carpintéro, questões relacionadas ao aluguel ou preço de venda, lotes, impostos, dentre outros. Em anexo, a relação de alguns principais artigos da lei nº 117, de 1936 (Carpintéro, 1997, p. 148-151).

A partir de 1940 e 1950, os Institutos passaram a operar na produção habitacional de maneira intensa e atuavam através do Ministério do Trabalho. A construção, venda ou reforma de imóveis era possível através do título de capitalização e carteira imobiliária, movimentando o capital dos Institutos e, este por sua vez, mantendo-se através dos juros arrecadados (Aravecchia, 2000, p.81).

“A carteira era estruturada de maneira a aceitar aplicações de ordem social, financeira e administrativa. As duas últimas visavam a obtenção de lucro através das aplicações das reservas em investimentos rentáveis e compensariam as ações de ordem social. As aplicações sociais não tinham objetivos lucrativos e possibilitariam aos associados: habitações econômicas, compatíveis com seus salários, proporcionando uma maneira digna de morar, através dos conjuntos habitacionais e um serviço social de proteção e amparo ao associado, além de uma casa higiênica ” (Aravecchia, 2000, p.81).

O IAPI foi, dentre os Institutos, o mais comprometido com a questão habitacional, não vista simplesmente como moradia. *“Construir habitações econômicas é fazer, ao mesmo tempo e necessariamente, urbanismo” (IAPI 1940, citado por Bonduki, 1998, p.157).* Previu, o IAPI, nos projetos – cada qual com uma formulação espacial específica, porém buscando a padronização dos elementos construtivos - equipamentos sociais e comunitários, tão importantes na formação do operariado, além do reforço do abastecimento de água e esgoto. A fim de racionalizar a construção, o IAPI investiu na verticalização em edifícios coletivos. Bonduki cita um trecho declarado pelo IAPI sobre essa questão:

“A substituição dos quintais, nem sempre convenientemente tratados, torna-se de maneira geral, medida de grande alcance [...]. Os conjuntos residenciais, constituídos de edifícios coletivos elevados,

convenientemente dispostos no interior de amplas áreas de utilização comum, representam, pois, a melhor solução do problema” (IAPI 1940, citado por Bonduki, 1998, p.157).

As propostas de edifícios coletivos, exemplifica a arquiteta Nilce Aravecchia, assim como a reformulação do espaço interno de habitações operárias, foi possível graças a gestão centralizadora do IAPI e a propriedade pública que eram as habitações (Aravecchia, 2000, p. 83).

“A organização e intervenção direta do Instituto nos conjuntos, através dos órgãos de assistência social, proporcionavam o controle direto no modo de vida dos habitantes e impossibilitavam modificações na estrutura do conjunto, ou das moradias sem prévia autorização do IAPI” (Aravecchia, 2000, p.83).

O custo do terreno estava relacionado à opção tipológica do projeto. Baratear, mas sem perder as mínimas condições de habitabilidade era primordial (Bonduki, 1998, p. 158).

O IAPI produziu no período pós-guerra:

“No Distrito Federal, o núcleo Areal, com 600 unidades, foi erguido em cinco meses; o conjunto Bangu, com 1.504 unidades, em um ano; e o da Penha, incluindo urbanização, escola, ginásio e 1.248 unidades habitacionais, em dois anos. Essa redução de tempo de construção era uma das grandes preocupações do IAPI: “[...] a experiência do Instituto neste setor aconselha a adoção de um ritmo acelerado de obras, pois a abreviação da fase construtiva conduz a resultados práticos de extrema relevância. A primeira consequência diz respeito à antecipação da locação e da respectiva renda, o que justifica a adoção do tempo de imobilização do capital no período construtivo alivia o encargo de juros da inversão, à medida que decresce o prazo do custeio. A rapidez da construção contribui igualmente para o barateamento das despesas administrativas com a direção e fiscalização das obras” (Bonduki, 1998, p. 160).

O IAPI foi, dentre os institutos, o que mais soube se aproveitar de sua pequena autonomia diante do Ministério do Trabalho. Definiu um padrão de construção que foi posteriormente adotado por outros IAP's, conferindo o pioneirismo na elaboração dos mesmos (Aravecchia, 2000, p. 82).

A influência da arquitetura alemã norteou os projetos residenciais do IAPI, em alguns casos, tais como padronização, industrialização da construção, habitação mínima, funcionalidade e blocos de quatro pavimentos e laminares, com pouca ornamentação. Apesar da mesma forma construtiva empregada, o Instituto procurou ousar nas propostas projetuais, guardando a individualização de cada edifício, ao contrário do BNH mais adiante.

É importante constatar o ideal empregado nos conjuntos de que era necessário, através da arquitetura e do urbanismo, proteger e controlar o trabalhador, criando um “*espaço totalizador, onde o tempo livre era ocupado em atividades educacionais e recreativas controladas pelo Estado que, ademais, era o locador das moradias. A imagem paternalista atingia seu ápice*” (Bonduki, Nabil, p. 166).

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões, contudo, pouco contribuíram para a elaboração e solidificação de uma política de habitação social, entretanto, “*realizaram uma produção significativa, de grande valor arquitetônico e urbanístico, que marcaram as origens da*

habitação social no Brasil” (BONDUKI, 1998, p.162), segundo análise de Nabil Bonduki sobre determinados conjuntos produzidos pelo IAP. Entretanto, o valor arquitetônico do qual Bonduki se refere, não pode ser estendido a todos os conjuntos. No caso Itatibense, como poderá ser visto, a produção do IAPI não era inovadora em termos plásticos, como os conjuntos mais famosos estudados por diversos autores, entre eles, Bonduki. Mas podemos afirmar, que a política de atendimento ao operariado urbano se fez presente em uma cidade que era conhecida como industrial e católica, portanto, a opção por casas unifamiliares geminadas duas a duas era uma opção decente e salubre. Neste tipo de opção projetual, o IAPI costumava implantar nas cidades interioranas, já que o valor do terreno era mais baixo e o número de beneficiários menor, em comparação com as grandes cidades, não sendo necessário um grande adensamento (Aravecchia, 2000, p. 83).

Capítulo 3 PANORAMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO E HABITAÇÃO OPERÁRIA EM ITATIBA



PANORAMA DA INDUSTRIALIZAÇÃO E HABITAÇÃO OPERÁRIA EM ITATIBA

No ano de 1827, os moradores de Itatiba, até então reconhecida na qualidade de Capela, construíram a primeira Igreja - do Rosário -, pois o número de habitantes, e, portanto de fiéis, crescia e, além disso, só seria possível elevar-se à categoria de Freguesia se houvesse pelo menos uma Igreja edificada na área, conforme Lei Imperial. No dia 09 de dezembro de 1830, Itatiba foi reconhecida como Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Jundiahy (Rasmussen, 2004, p. 15).

Apesar de elevada à nova condição, Itatiba ainda mantinha uma economia baseada num sistema fechado, produzindo exclusivamente para consumo. Apenas a partir de 1833, com o início da construção da Igreja Matriz – finalizada em 1880 e atualmente denominada Basílica Menor de Nossa Senhora do Belém - que a economia, com a produção canavieira vigorando no Brasil, obteve uma tímida abertura, mas ainda não o suficiente para participar do então conhecido “quadrilátero do açúcar”, formado pelas cidades de Jundiaí, Mogi Guaçu, Piracicaba e Sorocaba (Rasmussen, 2004, p. 19).

Nos anos que se seguiram, a partir de 1840, a economia cafeeira trouxe à Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Jundiahy algumas transformações significativas, como elevação da qualidade de Freguesia para Villa de Nossa Senhora do Belém – tornado-a politicamente independente de Jundiaí - através da Lei nº 553 de 20 de fevereiro de 1857, além de ocorrer um incremento na densidade e características da população local. Uma nova Itatiba começou a se desenhar, acompanhando o desenvolvimento nacional baseado na economia do café.⁴

Após tornar-se vila, elegeu-se em 1º de novembro os vereadores que atuaram em nome da cidade, sendo esta data considerada até os dias de hoje o aniversário da cidade. Foram eleitos os vereadores, segundo relato do livro da historiadora Lucimara Rasmussen Gabuardi: Antonio Soares Muniz, Antonio Franco de Godoy Pompeu, Antonio de Paula Viana, Eugênio Joly, Francisco de Assis Passos, João Francisco de Assis Passos e José Pires de Godoy.

Em meio a discursos políticos, a então vila almejava o título de cidade, afinal, segundo o Censo de 1874, contava-se com 6.660 habitantes (Rasmussen, 2004, p. 22).

E foi em 16 de março de 1876, com a lei de nº 18, que a vila tornou-se Cidade de Belém de Jundiahy; e assim posteriormente, em 1877, mudou-se o nome para Cidade de Itatiba – do tupi-guarani ‘muita pedra’.⁵

A produção de café estava em franco crescimento, e, Itatiba, como grande produtora e estrategicamente localizada, alcançava uma produção de 373.333 arrobas, superada apenas por Campinas e conformando a região denominada até então de Zona Central.

⁴ Ver transcrição da lei no livro: Rasmussen, Lucimara Gabuardi. *Itatiba na história: 1804 – 1959*. Campinas, SP: Pontes, 2004

⁵ Ver transcrição da lei no livro: Rasmussen, Lucimara Gabuardi. *Itatiba na história: 1804 – 1959*. Campinas, SP: Pontes, 2004

E justamente pela localização geográfica, o poder público municipal entendia que seria fundamental a construção de uma estrada de ferro para tornar viável e mais veloz o transporte de café.

Inaugurada, então, em 10 de agosto de 1899, a Companhia Estrada de Ferro Itatibense contava com 21 quilômetros de linha e com cinco estações próprias. O percurso realizado compreendia seis cidades e se localizava na Avenida Marechal Deodoro, antiga rua da Cascata (Rasmussen, 2004, p. 25).

“Significando um indício de modernidade para Itatiba, passou a ser ponto de encontro para os jovens itatibenses. Em todas as comemorações da cidade no começo do século XX, as locomotivas apitavam e os sinos da Igreja Matriz badalavam. Inclusive festas escolares com desfiles comemorativos (o grupo Júlio César era o único nessa época) eram realizadas na estação da Companhia Itatibense” (Rasmussen, 2004, p. 25).

O café entrou em crise a partir de 1920 e, em 1929, a bolsa de valores de Nova York quebrou. A Companhia Estrada de Ferro Itatibense também, por consequência. Em 1950, no governo de Getúlio Vargas, a opção foi por asfaltar as rodovias que ligavam a Itatiba, num momento em que o automóvel e empresas de ônibus começavam a tomar espaço. No dia três de junho de 1952 encerravam-se definitivamente as atividades da estrada de ferro e, lentamente, foi-se desaparecendo da paisagem citadina.

Conforme se pode notar nas reportagens, retiradas do jornal “A Reação” de 1915, a Estrada de Ferro Itatibense possuía uma atuação significativa na cidade, inclusive quanto à Caixa de Aposentadoria de Pensões⁶, artifício utilizado mais adiante pelas indústrias. A reportagem de propaganda do automóvel, também retirada do jornal “A Reação” de 1929 vem comprovar a nova opção viária.

3.1 PERÍODO REPUBLICANO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O Partido Republicano foi fundado em Itatiba pelo coronel Júlio César de Cerqueira Leite e desejava veementemente o fim da escravidão. Em trecho do livro da historiadora Lucimara Rasmussen, nota-se a euforia do período, assim como em diversas reportagens dos jornais locais: “*Ser republicano era um jeito de pensar. Era ser contra a Monarquia, era querer acompanhar as mudanças do mundo, modernizar o Brasil, incentivar a indústria e o trabalho assalariado*” (Rasmussen, 2004, p. 35).

No início do século XX, Itatiba foi contemplada com infraestrutura de rede de energia elétrica, água, esgoto, telégrafo e a imprensa, segundo reportagens coletadas nos jornais e reunidas no caderno II.

A década de 1890 representou para Itatiba o início de novas transformações econômicas e sociais. Acompanhando a cidade de São Paulo, a defesa do regime republicano ganhou força, incentivando o embelezamento das cidades e a industrialização, ainda tímida nas primeiras décadas do século.

A primeira indústria a instalar-se em Itatiba foi a Fábrica de Cerveja e Refrescos gasosos, de propriedade de Jacques Perousel. Em 1893, Salvador Oddone e Luiz Scavone, fundam a

⁶ Ver reportagem em anexo II do jornal “A Reação” de 1929, acervo do Museu Municipal Padre Lima.

Indústria de Fósforos – sob razão social de Oddone, Scavone & Comp. E instalada onde atualmente é o mercado municipal. Segundo relato de Lucimara Rasmussen:

“A empresa tinha sob seu controle, inicialmente, uma fábrica de fósforos chamada Santa Rosa, um curtume com seções de beneficiamento de arroz e torrefação de café, uma importadora que trazia da Itália vasta variedade de gêneros alimentícios e, da Inglaterra, enxadas, enxadões, machados e outras ferramentas utilizadas na lavoura, indústria, marcenaria e mecânica” (Rasmussen, 2004, p.57).

A urbanização de Itatiba restringia-se a um núcleo central, sendo o local mais adequado para implantação de novas indústrias a região mais baixa da cidade e, portanto, um pouco mais afastada. Tal região era conhecida como o bairro do Sapo e era ainda povoada por algumas residências rurais, conforme se pode verificar nas imagens a seguir, retiradas do acervo Foto Parodi.

Seguindo esta lógica, nos moldes de ocupação da cidade de São Paulo na região do Tamanduateí, instalou-se em março de 1915, a Oddone, Scavone & Comp que foi transformada em S.A. Fabril Scavone, sendo seu diretor Luiz Scavone e instalada à atual Avenida Independência, 226.

Entretanto, em 1928, a produção de fósforos foi vendida para a Cia Brasileira de Fósforos e só a partir de 1948 a S.A. Fabril Scavone inicia a produção têxtil de mantas e cobertores, persistindo até os dias de hoje (Rasmussen, 2004, p. 58).

As indústrias têxteis passaram a ser parte integrante e fundamental para o desenvolvimento urbano e econômico de Itatiba. A crise do café agravou a situação dos trabalhadores, especialmente na cidade de São Paulo, assim como a ‘crash’ da bolsa de valores de Nova York e a Revolução de 30 - “[...] modificaram o eixo da política econômica, que assumiu caráter mais nacionalista e industrial” (Rasmussen, 2004, p.60).

Em setembro de 1914 inaugurou-se em Itatiba, a Companhia Indústria Têxtil Itatibense, sediada na rua Vinte e Nove de Abril, empregando 200 funcionários. Fundada por Major Costa Júnior e diretoria de Francisco Homem de Mello, grande representante do regime republicano e também ferrenho alimentador da política industrial (Rasmussen, 2004, p. 59).

Seguindo a cronologia histórica, Paulo Abreu fundou a Têxtil Paulo Abreu S.A. em 1936 e na década de 1940 adquiriu a Indústria Têxtil Itatibense, transformando-se em sociedade anônima.

Ainda no ano de 1940, fundou-se a Fábrica de Tecidos São Sebastião, atualmente Elizabeth, segundo reportagem do jornal “O Progresso”, com capacidade para 300 teares.

Em 1950 foi vez da Têxtil Duomo, fundada por Eloy Argemiro Carniatto.

A partir de então, a cidade passou a receber grande volume de mão-de-obra vinda das fazendas e a política econômica começava a ensaiar suas bases na industrialização.

O quadro a seguir confirma o grande número de indústrias presentes em Itatiba no ano de 1958, segundo Lucimara Rasmussen.

Quadro 3 – Indústrias presentes em Itatiba no ano de 1958

Indústria	Localização
Cobrasil – Cia Brasileira de Calçados.	Rua Ruy Barbosa, 168
Companhia Brasileira de Fósforos	Avenida Independência
Companhia Têxtil Brasileira	Rua Aristides Lobos
Têxtil Paulo Abreu S.A.	Avenida Independência
Têxtil Santa Anastácia	Pç Comendador Lourenço Alves
Têxtil Scavone	Avenida Independência
Indústria de tecidos São Sebastião	Rua Florêncio Pupo, 7
Tecidos Cioffi	Rua Júlio César, 2
Têxtil Duomo	Avenida Lacerda Franco
Têxtil Guilherme Scharan	Avenida Lacerda Franco, 408
Fábrica de Jogos	Bairro Santo Antonio
Fábrica de colchões	Rua Benjamim Constant, 225
Fábrica de fósforos de cor	Avenida Independência, 19
Fábrica de tecidos de couro	Avenida Lacerda Franco, 510
Fábrica de ladrilho de cimentos	Rua Aristides Lobo, 173 e 178
Fábrica de Vara de Pesca	Bairro Santo Antonio
Fábrica de Colchas	Rua Comendador Franco, 38
Fábrica de Calçados	Avenida Lacerda Franco, 398
Fábrica de Garrafas	Rua João Pedro de Campos
Fábrica de Palito de Dente e Sorvete	Rua Campos Salles, 111
Fábrica de vinho	Sítio Champira
Fábrica de Calçados	Av. Vinte e Nove de Abril, 174
Fábrica de Calçados	Rua Benjamim Constant, 590
Fábrica Scavone S.A.	Avenida Independência
Tecelagem Santo Antonio	Avenida Lacerda Franco, 2
Têxtil Nasini	Morungaba

Fonte: Rasmussen, Lucimara Gabuardi. *Itatiba na história: 1804 – 1959*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO E A MORADIA OPERÁRIA SEGUNDO OS JORNAIS LOCAIS

As reportagens coletadas nos jornais, desde 1904, num total de 303, demonstram o incremento industrial e o aparecimento das indústrias acima citadas, sendo as mesmas relatadas nos capítulos seguinte. Contribuem, também para a formação de um panorama do crescimento da cidade com o aparecimento das indústrias e respectivas moradias operárias, fechando um painel econômico, social e político de Itatiba. As reportagens de maior relevância coletadas estão reunidas no e apresentadas no anexo II deste trabalho.

A pesquisa reuniu reportagens dos exemplares disponíveis no Museu Histórico Padre Lima e que compreendiam o período histórico estudado. Inicia-se pelo “A Gazetta” de 1904, em seguida, “A Reacção” de 1910, 1914, 1915 e 1929 e “O Clarim” de 1920.

O conteúdo das reportagens dos exemplares supracitados denota que o município de Itatiba não estava em boas condições financeiras, realizando empréstimos - segundo o jornal “A Reacção”, onerosíssimos - e a atividade econômica mais relatada era a agrícola. Em reportagem do ano de 1914, o jornal transcreve uma reportagem de um jornal de Paris, relatando que os mercados cafeeiros não devem entrar em pânico, pois o momento econômico não desarticulava a produção agrícola vigente – o café. Nota-se que a preocupação da população itatibense quanto à atividade econômica era de fato real.

Segundo pesquisa da historiadora Lucimara Rasmussen, presente em seu livro “Itatiba na história: 1804 – 1959”, a crise cafeeira atingiu Itatiba nos anos de 1920, após forte geada em 1918, sendo que a produção reduziu-se pela metade, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Produção de café em Itatiba

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA
1850	200.000 arrobas
1876	300.000 arrobas
1886	373.333 arrobas
1920	186.000 arrobas
1935	50.000 arrobas

Fonte: RASMUSSEN, 2004, p.27.

O partido republicano também possui número significativo de reportagens, assim como colunas questionando diferenças sociais.

A partir de 1940, o jornal pesquisado foi “O Progresso” de propriedade de Paulo Abreu, influente político e industrial de Itatiba.

Nota-se nas reportagens que as discussões sobre habitação e indústria estão bastante consolidadas, respaldadas pelo poder público municipal. Colunas exaltando a família e o trabalho, assim como os trabalhadores, passam a ser frequentes. Anúncios direcionados a operários, reportagens sobre o salário mínimo e sindicatos demonstram como Itatiba acompanhou o cenário econômico da cidade de São Paulo, numa época na qual o presidente Getúlio Vargas mantinha a política populista.

Diversas reportagens quanto à questão habitacional também eram recorrentes, tais como a Lei de congelamento de aluguéis, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Fundação da Casa Popular, o estímulo à casa própria e a presença da empresa Melhoramentos em Itatiba, destinada à construção de casas populares e venda de terrenos.

A discussão sobre moradia, especialmente a operária, sempre esteve presente de maneira recorrente nos jornais, existindo um forte apelo à casa própria, estimulando a população a consumir e, conseqüentemente, a partir de um sentimento de propriedade, manterem-se sentimentalmente ligados ao novo bem. Desta maneira, seria menor a probabilidade de revoltas anarquistas e greves.

Em reportagem no referido jornal, no ano de 1949, publicou-se uma carta dos operários de Itatiba, endereçada ao Ministro do Trabalho, a fim de pleitear a construção de casas populares, conforme transcrição:

“Pleiteando a construção de casas populares em Itatiba, os sindicatos locais enviaram ao Ministro do Trabalho o ofício seguinte:

Itatiba, em 13 de Março de 1949.

Excelentíssimo Senhor Doutor Honório Fernandes Monteiro, Digníssimo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fósforos, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Curtimento de Couros e Peles e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Mármore, calçares e pedreiras:

Todos de Itatiba (Estado de São Paulo), vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar a sua valiosa cooperação para a construção de casas populares nesta cidade, onde os

trabalhadores lutam com dificuldades para obter moradia. Cidade Industrial, reunindo milhares de trabalhadores de fábricas de tecidos, fósforos e outras atividades profissionais, Itatiba tem tido o seu desenvolvimento diminuindo, retida a sua expansão pela falta de residência. O nosso advogado, Dr. José Alves Cunha Lima, já teve ensejo de trocar idéias com Vossa Excelência sobre a possibilidade de serem construídas, pela FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR algumas dezenas de residências para operários.

O referido Dr. Cunha Lima, que já é nosso advogado há vários anos, desde a data da fundação, voltará a cuidar com Vossa Excelência desse assunto, valendo este memorial como porcuração ao mesmo para tratar de tal problema.

Senhor Ministro Honório Monteiro,

Os trabalhadores das indústrias de Itatiba, vêm acompanhando com interesse a atuação de Vossa Excelência a frente desse Ministério e tem a certeza de que não faltará o apoio que ora lhe solicitam porque cuidando da revisão do salário mínimo. Da higiene do trabalho e outros problemas, Vossa Excelência demonstra, de forma inequívoca, que a nossa confiança é plenamente justificável.

Queira Vossa Excelência, Senhor Ministro, receber por este memorial, a saudação cordial dos operários de Itatiba e a manifestação que depositamos em Vossa Excelência.

Francisco Lopes da Fonseca – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem

Francisco Alexandre – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fósforo

Egídio Melloni - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Curtimento de Couros e Peles

Ângelo Perdão - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extr. Mármore, Calçares e Pedreiras” (O Progresso, 1949).

É importante ressaltar, que duas das vilas possuíam casas destinadas aos operários através de pagamento de aluguel descontado diretamente do salário do trabalhador. A Vila Pabreu e a Brasileira são os dois exemplos, enquanto que a Vila Belém e o IAPI foram destinados apenas para compra, num momento histórico no qual a casa própria, conforme já citado, tornava-se o “melhor negócio”.

No livro “Cidade-Empresa”, de Rosélia Piquet, a autora faz considerações sobre as vantagens para o industrial de cobrar aluguel sob a moradia do trabalhador.

“São conhecidas as observações de Engels sobre as vantagens usufruídas pelos industriais que investissem em alojamento para seus operários. Ao cobrarem aluguéis a preços de mercado não correriam os dois principais riscos que atingem os locatários comuns: os possíveis prejuízos advindos do não-pagamento do aluguel ou da não-ocupação permanente da casa. Além do mais, dado o poder de monopólio que desfrutavam, os industriais poderiam até mesmo cobrar aluguéis acima dos preços de mercado.

No entanto, são comuns os casos em que os aluguéis no sistema fábrica-vila operária eram inferiores aos preços de mercado e, muitas vezes, apenas simbólicos, denotando que não se encontravam em jogo benefícios diretamente econômicos. De fato, como o controle da fábrica e da vila pertencia ao mesmo agente social, a vida operária nessas vilas era um prolongamento da rígida disciplina imposta pelo regime de trabalho fabril. A proximidade da produção e da reprodução assegura a assiduidade dos operários, assim como sua pontualidade. Esse duplo processo de subordinação da força de trabalho é, ainda, um elemento importante no estado de prontidão permanente do operariado, principalmente nas profissões relacionadas com a manutenção e o reparo de máquinas” (Piquet, 1998, p.22).

Um trecho de reportagem sobre atuação de uma construtora carioca em Itatiba explicita a questão da moradia:

“Assim a Empreza Construtora Universal, próspera organização imobiliária, a Vila RÊ e a Vila Iolanda, novos bairros da capital paulista, já em construção e que virão resolver um dos nossos mais delicado problemas, o da habitação econômica para operários(...)” (O Progresso, 1944)

O congelamento de aluguéis e a Lei do Inquilinato também repercutiram na cidade, segundo o Jornal “O Progresso”:

“A Prefeitura Municipal comunica a todos os proprietários de prédios de aluguel que de conformidade com a LEI DE ECONOMIA POPULAR é proibido o aumento de alugueres, incorrendo em suas penalidades, todo aquele que aumentar. Outrossim, leva ao conhecimento dos senhores inquilinos que qualquer aumento que porventura se verificar, nos respectivos alugueres, deverão comunicar INCONTINENTI á Prefeitura, a fim de serem tomadas as providencias legais” (O Progresso, Itatiba, 1940).

Anos mais tarde, essa mesma discussão voltava à baila:

“O Presidente da República baixou um decreto até 31 de agosto de 1945, a lei que proíbe o aumento de aluguel dos prédios. O decreto atende a todos os aspectos do problema, assegurando aos inquilinos mais um ano de tranqüilidade e, por isso mesmo, foi recebido com aplausos gerais. É de justiça destacar o artigo 12, que diz: ‘O aluguel dos prédios cuja construção se iniciar depois da publicação desta lei será livremente fixado pelo proprietário.’ Este dispositivo vem incentivar as novas construções, no sentido de desafogar a cidade da situação em que se encontra o povo, a falta de casas para residências. É necessário, pois, que surjam iniciativas e medidas que amparem o aparecimento de prédios, pois, a população se vê atormentada pela carência de habitações. O decreto do Governo, se por um lado beneficia os inquilinos atuais, impedindo a majoração dos aluguéis, por outro lado também beneficia os proprietários, dando-lhes liberdade de fixar preços para o aluguel dos imóveis a se construírem” (O Progresso, Itatiba, 1944).

Itatiba acompanhou São Paulo nas diversas transformações sociais, políticas e especialmente quanto às questões habitacionais e de cunho industrial, sendo, a partir deste contexto, que novos espaços arquitetônicos fabris, formativos do novo homem contemporâneo, puderam germinar. As reportagens coletadas, assim como uma série de entrevistas com antigos moradores, possibilitaram a formação de um contexto histórico enriquecedor e, acima de tudo, mostraram-se fundamental na análise das residências operárias.

ANÁLISE TIPOLOGICA DAS VILAS OPERÁRIAS E DO IAPI

4.1 ANALISANDO A CASA

Ao longo dos séculos, a casa sempre representou para o homem algum significado, intrínseco às relações humanas, podendo ser analisado como algo que passou de simples “abrigo à máquina de morar”. A partir do livro de Telma de Barros Correia, “A Construção do Habitat Moderno no Brasil – 1870 – 1950”, é possível compreender o desenrolar deste processo e as relações de poder e de construção de identidades através da casa.

“O significado essencial da casa – presente desde os primeiros abrigos – constitui-se em teto, alojamento e refúgio, lugar de proteção, defesa e autonomia de seus ocupantes contra as intempéries e ameaças externas. Trata-se do abrigo diante dos rigores da natureza – a chuva, o frio, o sol forte, as ventanias; do lugar de proteção diante de investidas externas contra indivíduos” (Correia, 2004, p.47).

A partir do século XIX o conceito da casa como abrigo foi alvo de diversas críticas. A questão do sanitarismo e o seu papel transformador diante de discursos de família, religiosidade e trabalho empregaram novos conceitos e simbolismos à casa, sendo esta não mais apenas um espaço de morar.

A casa passa a ser composta por diversas características. Inicia-se com uma noção de espaço sanitário, definido a partir da análise de Correia como confortável, regido por normas de higiene e garantia de privacidade e salubridade dos moradores. Torna-se, então, santuário doméstico, na qual além da privacidade, a vida familiar se fortalece entre trocas e hierarquia; e tais hierarquias e novas relações de poder, estabelecidas a partir do espaço de morar, conferem a garantia da casa como propriedade. Afirma-se, então, segundo Correia, que este novo ambiente de relações familiares permite aos indivíduos que nela habitam estabelecerem seu gosto pessoal e lembranças, expressando sua individualidade e liberdade, denominado pela literatura como estojo do homem privado (Correia, 2004, p. 48). E como última definição, como máquina de morar:

“A concepção de máquina de morar emerge articulando três preocupações básicas: garantir reposição de energias para o trabalho, reduzir os custos com construção e conservação e agilizar as tarefas domésticas. Denuncia esforços no sentido de incorporar à produção de casas e à concepção de seus espaços a racionalidade que preside a produção industrial, integrando propostas produzidas pela economia doméstica, pela engenharia do lar e pelo taylorismo e caminhando no sentido de restringir os espaços, os objetos e as marcas de individualidade. No percurso entre o santuário doméstico, o estojo do homem privado e a máquina de morar, a moradia se equipa continuamente, reunindo uma crescente quantidade e variedade de mercadorias, as quais atestam a ascensão do sentido da casa como lugar de consumo” (Correia, 2004, p. 48).

As questões relativas ao habitat moderno e as novas relações do espaço ‘casa’ foram debatidas em diversos congressos, como o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM -, de 1930 e o Congresso da Habitação, em São Paulo, em 1931. A concepção de moradia preocupada com a higiene, privacidade, barateamento – adornos externos de fachadas foram simplificados, por exemplo -, economia de tempo também incluía a “produção em série de componentes de construção a uma nova elaboração estética e ao estudo de dimensões mínimas” (Correia, 2004, p.67).

“Tal conceito de moradia mostra-se perfeitamente coerente com o utilitarismo burguês, podendo ser entendido em grande parte como uma tentativa de transpor a racionalidade do mundo fabril taylorizado para o ambiente doméstico” (Correia, 2004 p. 68).

Dentre os engenheiros e arquitetos brasileiros a opção por casas unifamiliares em detrimento das habitações coletivas ganhava espaço, já que o abrigo do operário salubre e longe da promiscuidade se moldava melhor ao modo de vida e hábitos do povo (Correia, 2004, p.72).

A cozinha é parte fundamental do novo programa e propaganda da moradia, pois chegavam ao mercado grande número de utensílios e equipamentos domésticos mecanizados. A mulher, enquanto figura doméstica, passava a não fazer mais tanto sentido, já que muitas trabalhavam fora de casa, inclusive nas fábricas. Os projetos contemplavam, então, armários embutidos, mesa compacta, dentre outros aspectos que facilitavam o trabalho doméstico para a mulher que não dispunha mais de tempo livre, assim como os equipamentos coletivos das fábricas, como refeitório e lavanderia. Segundo Correia:

“Com a atividade de trabalho deslocada para a fábrica, as casas são convertidas em lugar de repouso e vida familiar. A idéia de desobstruir o espaço da moradia e reduzir o tempo consagrado ao trabalho doméstico, transferindo algumas atividades da dona de casa para equipamentos coletivos como creches, escolas, lavanderias e refeitórios – que seria amplamente propagandeada pelas vanguardas modernistas através do conceito da unidade de vizinhança -, já era largamente utilizada em núcleos fabris durante o século XIX” (Correia, 2004, p. 59).

Nas imagens coletadas pela pesquisa, nota-se a grande quantidade de mulheres como mão-de-obra nas fábricas.

Em uma outra perspectiva, o autor Carlos Lemos, em seu livro “Cozinha, etc”, descreve a casa operária a partir da análise de uso e funções dos ambientes:

“Queremos definir a casa popular através da própria casa, da casa já nascida segundo determinado esquema, da casa onde as funções se superpõe segundo regras bem definidas. O esquema funcional de uma moradia normal indica três zonas: estar, repouso noturno e serviços. Rapidamente, vejamos as funções pertinentes a cada uma delas:

- 1. Estar: passar tempo livre (lazer em geral, televisão, rádio, jornal), receber visitas, estudos dos filhos;*
- 2. Repouso noturno ou habitação propriamente dita: dormir, repousar, convalescença de doenças, higiene pessoal, necessidades fisiológicas, vida sexual dos casais;*
- 3. Serviço: estocagem de gêneros alimentícios e de limpeza, trabalho culinário, refeições, lavagem e limpeza de trem de cozinha e equipamentos afins às refeições, lavagem de roupas usadas, passagem a ferro de roupas, guarda roupas, costura e manutenção das roupas.*

(...) Uma primeira análise dessa lista de ocupações domésticas já nos sugere uma primeira definição de casa operária, distinguindo-a das demais casas das outras classes sociais. Não erramos se dissermos que na casa operária há uma superposição de quase todas as funções habitacionais, sendo constante a superposição da zona de serviço com a zona de estar: o pequeno apartamento urbano se sala-quarto, banheiro e kitchenette – onde há superposição necessária das zonas de estar a de serviço. Na casa mínima de classe média, o apartamento urbano de fim de semana, ou a casa de praia, o trabalho doméstico é reduzido ao mínimo que o conforto exige” (Lemos, 1976, p. 15-16).

Pode-se, então, afirmar que, em Itatiba, as vilas operárias obedeceram alguns destes conceitos, como por exemplo, o de simplificar a construção para potencializar o tempo de

permanência da operária na indústria e, também, eliminar ornamentações, de forma a baratear os custos do empresário com a obra.

Em termos geográficos, na cidade de Itatiba, as vilas concentraram-se no local conhecido como “bairro do Sapo”, região baixa e plana da cidade, não por acaso, a mesma área onde as fábricas se instalaram, próximas ao ribeirão Jacaré e à estrada de ferro, conforme mapa de implantação a seguir.

IMAGENS

Fig.01. Vista da Estação da Estrada de Ferro Itatibense no bairro do Sapo.
Fonte: Rasmussen, 2004, p. 25.



Fig.02. Foto de 1910 na região conhecida como Bairro do Sapo. Futura localização da Pabreu a direita e da Scavone no lote da esquerda.
Fonte: Foto Parodi



Fig.03. Década de 1920.
Em primeiro plano o lote
onde seria a Têxtil Pabreu.
Fonte: Foto Parodi.



Fig.04. Vista geral das
indústrias e uma parte da
vila Brasileira por volta de
1950.
Fonte: Foto Parodi.



Fig.05. Fábrica de
Fósforos, fundada em
1983 por Salvador Oddone
e Luiz Scavone.
Fonte: Rasmussen, 2004.



Fig.06. Antiga fábrica de fósforos, atualmente Mercado Municipal.
Fonte: Rasmussen, 2004.

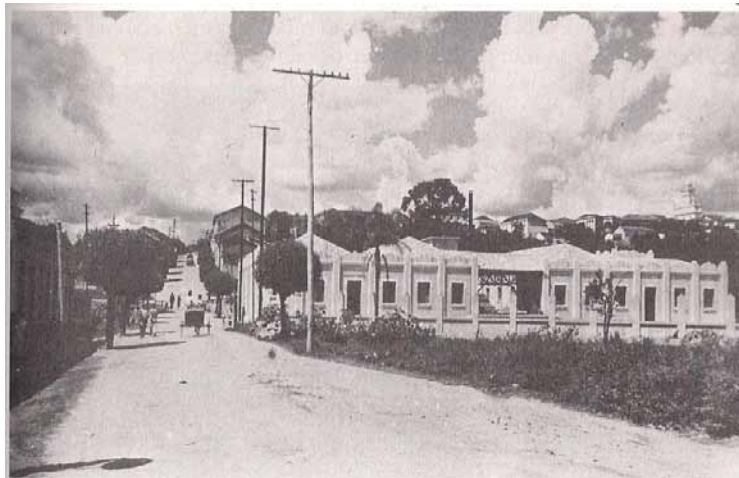


Fig.07. Vista geral das indústrias e a das vilas.
Fonte: Foto Parodi



Fig.08. Vista geral das saídas dos trabalhadores da Scavone e da Pabreu
Fonte: Foto Parodi



4.2 INDÚSTRIA TÊXTIL PAULO ABREU E A VILA PABREU

A indústria Têxtil Paulo Abreu, intitulada Pabreu, foi fundada em Itatiba no ano de 1936 por Paulo Abreu, quando o mesmo comprou um terreno de 1,5 alqueires em 21 de dezembro de 1935, conhecido na época por chácara Guimarães, de Francisco Bartolomeu, na atual Avenida Independência. Em 1940 comprou o terreno vizinho e a Têxtil Itatibense (Rasmussen, 2004, p. 60).

A Pabreu foi uma das têxteis que mais contribuiu para a projeção de Itatiba no cenário nacional. O seu fundador, Paulo Abreu, fundou muitos estabelecimentos na cidade, tais como o Asilo São Vicente de Paula, em 1910; a Maternidade Anna Abreu da Santa Casa de Misericórdia e o estádio Senador Paulo Abreu – pertencente hoje ao Itatiba Esporte Clube, em 1950; em 1952 fundou o Lar Itatibense; a estação de rádio em 1953; o Posto de Puericultura Anna Abreu em 1957, além de ter sido proprietário do jornal “O Progresso” e do Banco das Nações, também”, foi um dos fundadores do Tiro de Guerra, realizou doações freqüentes ao Sindicato dos Têxteis e diversas bonificações aos operários. São de número expressivo a quantidade de reportagens no jornal “O Progresso” sobre tais feitos, dentre muitos outros. Sua vida política e social sempre foi de muito reconhecimento e oportunamente divulgada.

Enquanto vida política destacou-se como senador e deputado, conforme se pode confirmar a partir de reportagens dos jornais locais e fonte histórica oral. O deputado mantinha outra residência em Itatiba e uma em São Paulo, onde passava boa parte de seu tempo. Diante de tal ocorrência, podemos afirmar que Paulo Abreu, político devoto, sempre esteve acompanhando as frentes políticas e os novos conceitos que surgiam em relação às cidades, vida política, operários e grandes indústrias, demonstrando simpatia aos ideais políticos do programa de governo do então presidente da República Getúlio Vargas. Reforça-se também pelo fato de apresentar em seu jornal “O Progresso”, manifestações usualmente a favor dos partidos trabalhistas, da moral e dos bons costumes.

Em reportagem sobre a Têxtil Paulo Abreu S. A, o jornal “O Progresso” apontava os princípios de Paulo Abreu:

“Normas da Têxtil Paulo Abreu

14 – Proporciona aos operários, além de ambiente material, um ambiente de consideração moral, mantendo em toda a fábrica distintos patrióticos e morais;

15 – Manutenção do Posto de Abastecimento que fornece gêneros de primeira qualidade aos seus operários, pelo custo real, proporcionando uma grande economia para os mesmos. Só isso custa anualmente Cr \$ 50.000,00 para a Têxtil, pois fornece transporte, empregados, embalagem e local gratuitos;

16 – Assistência Social compreendendo: escola primária infantil, parque infantil, parque de esportes, salão de festas, refeitórios, sala de curativos ligeiros, salão de barbeiro para facilidade de mestres e contra-mestres, distribuição mensal de entradas para o cinema local a cada operário;

17 – Bonificação especial por ocasião do casamento e nascimento de filhos de operários, cartão de felicitações que a fábrica envia por ocasião do aniversário, representante e interesse da Têxtil pelos dias grandes na vida do operário;

18 – No dia 08 de maio de 1945, Dia da Paz, fez distribuição de abono da vitória, em regorsijo pelo término da guerra e agora em dezembro de 1945 deu abono especial a todos os seus trabalhadores;

19 – Dentre outras doações, foi feita a do Gabinete Dentário ao Sindicato de todos os operários;

20 – A TÊXTIL pode hoje dispensar a todos os seus operários melhores vantagens por ser uma fábrica grande e a sua organização ser completa, possuindo Tinturaria, Estamparia, Retorção, Engomagem, Oficina, e demais secções, que são fatores que permitem maior assistência e desenvolvimento, além disso a sua tradição de preços baixos e classe de artigos médios para o povo, ajuda a manter esse programa que beneficia também o operário;

21 – A têxtil está hoje incluída entre as melhores fábricas de seda do país, sendo muito conhecida e popular a sua organização e seu produto é muito bem aceito e disputado, o que é motivo de satisfação e orgulho do operário;

22 – A têxtil não só constitui para todos um ganha pão, pois sua folha de pagamento vai além de CR \$2000.000,00 mensais, o que constitui uma soma apreciável no giro comercial de Itatiba, representando assim também um forte elemento juntamente com outras fábricas, do seu progresso e sua riqueza;

23 – Além das revisões constantes dos ordenados, a Têxtil proporcionou nos últimos anos nada menos que 4 aumentos, tendo a folha de pagamento nos últimos tempos acrescido de mais de 100%!

24 – Com referência ao problemas da habitação, acha-se em estudo um projeto de construção de uma VILA OPERÁRIA;

25 – O desejo e o esforço geral e sincero da Têxtil é que tudo corra em perfeita ordem e justiça. Porém, como a fábrica é grande, pode acontecer, e é humano, surgirem imperfeições e erros. Sempre que surgirem serão, porém, corrigidos no possível. Entretanto, o que sempre é preciso é que todos nós tenhamos paciência e tolerância, lembrando que em todos os lugares e em todo o mundo sempre há problemas e dificuldades, não só para os operários como também para os patrões;

26 – A TÊXTIL nasceu do nada, o seu proprietário atual também foi operário e somente a estes princípios e ideais de trabalho deve-se o progresso atual e os benefícios que ela representa a todos, indiscutivelmente a ITATIBA e ao PAÍS. Publicação da Têxtil Paulo Abreu S.A.” (O Progresso, 1946).

A reportagem acima demonstra diversos aspectos referentes aos temas discutidos. Além de a fábrica manter sua imagem do “*patrão como chefe da família operária*”, a solidez da empresa permitia que o proprietário mantivesse o controle sob seus funcionários. Nota-se a citação sobre a moral e os bons costumes, o trabalho digno, a habitação operária e os equipamentos coletivos da fábrica sempre como um facilitador da vida do trabalhador. É evidente o estímulo ao trabalho e ao progresso, sempre dentro da ordem e da hierarquia disfarçada. A Têxtil ainda contava com um departamento de assistência social ao trabalhador da fábrica, descrito em reportagem do jornal “O Progresso” de 1949 e presente no anexo II.

A VILA PABREU

A vila Pabreu, construída a partir de 1948, possuía casas a serem alugadas exclusivamente aos operários através de pagamento de aluguel descontado diretamente do salário do trabalhador. Localizava-se onde atualmente encontra-se o estacionamento de ônibus da Universidade São Francisco, e era composta por 44 residências dispostas ordenadamente “porta com porta”. O projeto foi do arquiteto Fernando Wolff de Moraes e o construtor foi Caetano Di Fiore, dois nomes recorrentes em projetos deste tipo em Itatiba.

As residências da Vila Pabreu são um típico modelo de habitação operária - e não poderia ser diferente levando em consideração o engajamento político de Paulo Abreu – nos remetendo às tradicionais residências operárias do século XIX. Composta apenas pelos quatro cômodos de mesma área e indispensáveis à vida familiar – um quarto, sala, cozinha e um banheiro – a casa tinha em seu programa as questões de racionalidade da construção, ordenando a divisão dos ambientes de forma a doutrinar, através do mesmo, a conduta

moral do operário, muito embora, esta divisão não tenha evitado a sobreposição de funções, como veremos adiante.

As casas metaforizaram o sentido de abrigo para descanso depois de um dia de trabalho e contempla as exigências de padrão construtivo dentro do sanitarismo, conforme citou Correia. A vila Pabreu se articula como espaço sanitário e santuário doméstico, sendo demonstrada esta afirmação pela opção do industrial Paulo Abreu por casas unifamiliares. Possuía infraestrutura básica e esquadrias em todos os cômodos; embora segundo antigos moradores (entrevistas realizadas presentes no anexo I), apesar de presentes as esquadrias a iluminação e ventilação ainda assim não eram suficientes, já que as residências eram muito próximas e as esquadrias pequenas. A presença de venezianas e portas com grades ilustram a preocupação em acompanhar as discussões de novas técnicas e materiais construtivos, visando a salubridade da residência.

As residências possuíam uma área construída de 38,70 m², sem recuos frontais e um quintal ao fundo – destinado ao lazer da família -, demonstrando a preocupação com a permeabilidade do lote e com as questões de privacidade e liberdade no interior das residências. O acesso não se dava pela frente da residência, mas, sim, pelo corredor lateral, numa ligação quintal-rua. O quintal, nas habitações operárias, é um elemento importante, tanto quanto a cozinha, pois este é tão movimentado quanto à outra. Segundo o autor Carlos Lemos:

“Nessas casas de gente tão heterogênea há uma constante, porém: a franca extroversão onde o quintal comparece como local importante de distribuição de circulações e até como local de estar e de trabalhar, e também, de confraternizar. E a superposição das funções de estar e serviço se prolonga pelo interior das moradias mostrando cozinhas, ou sala-cozinhas, relativamente grandes apesar da grande parte das casas já possuir sala de estar propriamente dita, para a televisão, a grande reformuladora de nossos lares em geral” (Lemos, 1976, p.189).

Devido ao tamanho reduzido da habitação, há uma sobreposição de funções, pois o espaço físico não comporta toda a família. Não há diferenciação entre os espaços de dormir, comer e estar, sendo a sala o ambiente múltiplo da casa. Em contrapartida, é interessante ressaltar que no programa o ambiente de refeição - a sala - é distinto do ambiente de preparar a refeição - cozinha -, demonstrando uma tentativa implícita de ascensão social.

Referente às características do espaço interno, há em planta apenas o tanque locado no corredor lateral de acesso, não existindo, portanto, a área de serviço. O piso era de cimento queimado vermelho com um barrado de tinta a óleo, pois não havia na residência azulejos na cozinha ou banheiro e o forro de madeira pintado também com tinta a óleo.

A fachada, com elementos pitorescos recebia uma pintura na cor branca à base de cal e um barrado. As esquadrias eram azuis em todas as casas e o material construtivo era o tijolo, tipicamente fabril. As residências, geminadas, possuíam telhados em duas águas com telha de barro.

A implantação, o conjunto de casas geminadas “porta com porta” e alinhadas em filas paralelas, determinam um tipo de construção padronizada, portanto de rápida execução e projeto, além de financeiramente compensatória. Os lotes com 10 metros de frente e aproximadamente 15 metros de extensão comportavam duas casas geminadas.

“O agrupamento de casas em fileira mostra a preocupação empresarial com a economia. A padronização da tipologia das casas operárias pode ser observada como uma das características das company-towns, envolvendo desde o projeto até a manutenção das casas. Segundo observou Wright,⁷ para os industriais, a uniformidade da área residencial foi símbolo de modernidade industrial” (Balleiras, 2003, 258).

A seguir apresenta-se uma reportagem sobre a vila na qual evidencia-se a preocupação com a ligação de água, infraestrutura indispensável à vila operária:

“A PREFEITURA AINDA NÃO FEZ A LIGAÇÃO DE ÁGUA NA VILA OPERÁRIA DA TÊXTIL PAULO ABREU S. A.

Embora atravessamos uma época em que tudo se faz no sentido de beneficiar a classe operária, existem em Itatiba inúmeras famílias que estão há tempos à espera da instalação de água na vila da Têxtil Paulo Abreu, para ali se mudarem.

E enquanto isso não se verifica, essas famílias estão vivendo numa só moradia, pois, confiantes na ação da Prefeitura, alugaram casas naquela vila e prometeram entregar as suas. O prazo para a entrega se esgotou e elas não tiveram outro recurso senão ir morar com outras famílias, até que a Prefeitura resolva ligar a água naquela vila operária.

A vila Têxtil Paulo Abreu S.A está com 30 casas prontas, devendo ainda outras 26 ficarem prontas logo. Um grupo de operários visitou-nos há dias, relatando-nos o que se passa com a instalação de água naquela vila e pedindo-nos dirigir um apelo a quem de direito, para a imediata solução de tão angustiante problema” (O Progresso, 1950).

O jornal local “O Progresso” veiculou uma propaganda da vila, apresentada a seguir, no ano de 1950, na qual apresentava a escola e um parque infantil destinado aos funcionários, localizados nos limites da Fábrica, ao contrário das tradicionais implantações de vilas operárias, nas quais os equipamentos de lazer estão implantados na vila.

“A Têxtil, a escola e o parque infantil.

Estudo rápido por Maria José Barbosa Martins

Gentilmente acompanhada pelo Sr. Enos de Melo Castanho, visitei pela primeira vez uma fábrica e foi a Têxtil Paulo Abreu S. A. As imensas salas de trabalho, metodizadas em divisões práticas – onde se iniciavam os trabalhos nos fardos de algodão, na produção de fios de algodão e de seda. Os de seda eram coloridos como asas de borboletas, e ficavam bonitos nos teares, onde as moças, tão bonitas como a seda, se ocupavam em tomar conta daquele organismo calculador. As urdideiras acendiam a luz vermelha avisando dos fios partidos.(...).

Enquanto os quadros de vidro guardavam os desenhos usados em estampas desde o início da Têxtil e são desenhos contando uma história.

E, então, as portas largas da fábrica extensa se abrem para um parque de relvados e eucaliptos, onde as pontes cantaroladas entre os chorões atravessam uma para o escritório e gerência e outra para a residência colonial. O escritório moderno projetou suas janelas para o rio, que foi canalizado pelos dirigentes da Têxtil, e dá ao ambiente o bucolismo dos campos...São árvores agrestes, quebrando o ruído das máquinas no som das cores.

É tão lindo ali que o traçado matemático das teorias sociológicas determinando as curvas do movimento econômico do mundo: as indústrias se perdem numa álgebra onde os coeficientes são positivos, em junção de um cenário de descanso após o trabalho.

Na residência colonial, iluminada com a luz pela esquerda, como fixa a moderna pedagogia, está a escola Paulo Abreu com seu emblema de 8 de maio recordando a paz.(...)” (O Progresso, 1955).

⁷ WRIGHT, G. (1981). Building the dream: a social history of housing in América. Chicago, MIT.

A presença dos equipamentos coletivos é uma referência ao domínio do patrão em relação às atividades de seus operários, além de alinhar-se ao pensamento de incluir a mulher na vida rotineira da fábrica, já que por esta trabalhar não mais apenas dentro de casa, tem a oportunidade de usufruir da infra-estrutura da fábrica.

A Pabreu contava, além da escola, do parque, do refeitório e do bosque, com um campo de futebol, ao lado da vila operária, destinado ao uso dos funcionários.

A seguir, a apresentação das plantas, cortes, vistas, implantação, coletadas no Arquivo Municipal e fotos atuais e antigas do local onde se encontrava a vila e a fábrica.

A título de esclarecimentos, ainda restam cinco exemplares das residências (conforme fotografia a seguir) que foram construídas em separado da vila, mas possuem as mesmas características de programa. Estas ainda pertencem à família Abreu.

A seguir, as plantas, imagens antigas e atuais da Têxtil Paulo Abreu e de sua Vila Operária Pabreu. As imagens foram coletadas do acervo de Foto Parodi, dos jornais locais e de fonte particular.

IMAGENS



Fig.09. Década de 1950.
Em primeiro plano, a vila
Pabreu e ao fundo a Têxtil
Pabreu. Fonte: Foto Parodi



Fig.09. Alunos da pré-
escola da Pabreu

Fonte: jornal “O
Progresso”

Fig.10. Terreno atual onde se localizava a Pabreu e sua Vila.

Fonte: Fonte: Google Earth – 29/03/2009.



Fig.11. Pabreu e Fabril Scavone na década de 1980. Nota-se a construção colonial onde se localizava a escola o bosque e o parque infantil.

Fonte: Acervo Particular.



Fig.12. Vista aproximada da construção colonial onde se localizava a escola o bosque e o parque infantil.

Fonte: Acervo Particular.



Fig.13. Vila Operária
Pabreu na década de 1980.
Fonte: Acervo Particular.



Fig.14. Vila Operária
Pabreu na década de 1980.
Nota-se a Universidade
São Francisco e, ao fundo
da vila, o campo de
futebol.
Fonte: Acervo Particular.



Fig.15. Antigo prédio da
Têxtil Paulo Abreu.
Fonte: Acervo Particular.



Fig.16. Antiga localização da vila. Atualmente estacionamento da Universidade São Francisco.
Fonte: Acervo Particular.



Fig.16. Unidades remanescentes das residências, localizadas em outro ponto da cidade, próximas à fábrica. Nota-se ao fundo a chaminé da Pabreu.
Fonte: Acervo Particular.



Abaixo, algumas propagandas veiculadas no jornal “O Progresso” entre os anos de 1948 a 1955.



4.3 CIA BRASILEIRA DE FÓSFOROS E A VILA BRASILEIRA

A Cia Brasileira de Fósforos comprou a fábrica de fósforos de Luiz Scavone em 1928. Sua produção foi de grande repercussão em Itatiba, inclusive pela construção da Vila Brasileira, a partir de 1955 (Rasmussen, 2004, p. 58).

Segundo os jornais locais, a construção da vila foi anunciada como a maior de Itatiba, com 234 casas destinadas aos trabalhadores que pagariam um aluguel descontado diretamente do salário. Entretanto, as casas operárias de fato estão compreendidas na Rua dos Operários e na Rua Santa Rosa, sendo esta última próxima à fábrica e, portanto, onde se localizava a residência de funcionários de cargos mais altos, como gerentes.

A tipologia é tipicamente fabril, composta por tijolos aparentes, com pouca ornamentação na fachada – apenas arcos demarcando a porta de entrada – em uma área construída de 62,25 m² cada uma. O lote possuía medidas de aproximadamente 30 metros de profundidade por 10 de frente. A cobertura apresenta-se em duas águas.

A implantação seguiu o modelo das casas unifamiliares, também pelo barateamento das construções. As casas geminadas, duas a duas, opção decente e salubre perante a sociedade e dispostas em fileira. As casas ocupavam todo o lote, seguindo um pequeno recuo frontal, ocupado pela varanda e um pequeno recuo lateral, que levou aos fundos da propriedade.

“O tijolo aparente, até então pouco utilizado em construções residenciais, foi aplicado pela indústria em todas as suas unidades fabris e, com a construção das vilas também foi empregado nas residências operárias. Verificam-se algumas semelhanças entre o tratamento formal das fachadas das casas e os prédios industriais” (Balleiras, 2203, p. 254).

A casa era composta por sala, cozinha, banheiro, três quartos e um pequeno quintal. Ao contrário da vila Pabreu, a entrada não é lateral a partir do corredor. A entrada principal passa a ser pela frente, em uma varanda, e todos os cômodos possuem janelas, igualmente venezianas e portas com grades, preocupação latente em relação à salubridade e ventilação das residências.

Assim como na Vila Pabreu, o arquiteto responsável foi Fernando Wolff de Moraes e o construtor licenciado foi Caetano Di Fiore.

As residências da Brasileira possuem um programa que distribui ordenadamente a circulação interna, sendo a disposição dos cômodos melhor arranjada e, portanto, moderna e atual dos anos de 1950. Conforme análise de Correia, pode-se denominar a Vila Brasileira como um santuário doméstico, rumo à denominação de estójo do homem privado, já que as relações são bem definidas e a casa fornece ao morador o aconchego de um lar, sem sobreposição de funções.

A Cia Brasileira de Fósforos também contava com equipamentos dentro de sua fábrica, tais como vestiários e refeitórios, confirmados por aprovação de plantas contidas no Arquivo Público Municipal. A presença de tais equipamentos demonstram que as indústrias de Itatiba mantinham um programa para os operários dentro das fábricas, assinalando uma qualidade, de fato, de vila operária.

É importante ressaltar que a vila brasileira tornou-se, atualmente, um bairro de mesmo nome. Há depoimentos de alguns moradores que as residências construídas pela fábrica

estejam espalhadas pelo bairro, sendo, portanto e provável, um número maior de edificações. Entretanto, neste Trabalho de Conclusão de Curso, apenas as residências da Rua dos Operários e da Rua Santa Rosa foram levantadas, pois, as mesmas possibilitam exemplificar a atuação da Cia Brasileira de Fósforos em relação á habitação operária. Abaixo, fotos e plantas da Vila Brasileira, retiradas do Arquivo Público Municipal, Museu Municipal e também de acervo particular da autora.

IMAGENS



Fig.22. Cia Brasileira e os dois quarteirões de residências operárias.
Fonte: Google Earth – 29/03/2009



Fig.23. Vista da Cia Brasileira de Fósforos atualmente. A antiga chaminé ainda se destaca na paisagem. É possível a visualização dos refeitórios e vestiários.
Fonte: Acervo particular – 01/04/2009.

Fig.24. Residência da Rua dos Operários.
Fonte: Acervo particular – 01/04/2009.



Fig.25. Vista das residências da Rua dos Operários.
Fonte: Acervo particular – 01/04/2009.



Fig.26. Vista das residências da Rua Santa Rosa. Ao fundo, a fábrica.
Fonte: Acervo particular – 01/04/2009.



Fig.27. Vista de uma das residências da Rua Santa Rosa.
Fonte: Acervo particular – 01/04/2009.



Fig.28. Residência do gerente da fábrica.
Fonte: Acervo particular – 01/04/2009.



4.4 FABRIL SCAVONE E A VILA BELÉM

A Fábrica de Fósforos foi fundada por Salvador Oddone e Luiz Scavone no ano de 1893, sob a razão social de Oddone, Scavone & Comp. Ambos também eram proprietários da fábrica de fósforos Santa Rosa, localizada onde atualmente encontra-se o prédio do Mercado Municipal, além de um curtume de torrefação de café e beneficiamento de arroz (reportagem sobre o mesmo no caderno II) e uma importadora (Rasmussen, 2004, p. 57).

A Fábrica de Fósforos, fundada por Salvador Oddone e Luiz Scavone no ano de 1893 transformou-se em 27 de março de 1915, em S.A. Fabril Scavone, sendo o diretor Luiz Scavone e conselho fiscal composto por Salvador Oddone, Antônio Latorre e Donato Scavone.

A indústria, de 1938 até 1947, instalada na atual Avenida Independência, iniciou a produção de lã e em 1948, com a chegada de máquinas apropriadas, iniciou a produção de mantas e cobertores reconhecidos pela qualidade até os dias de hoje (Rasmussen, 2004, p. 59).

A Fabril Scavone, através de Luiz Scavone, proprietário do terreno onde foram implantadas as residências da chamada Vila Belém, a partir de 1950, lotearam os terrenos de 10 metros de frente por 30 metros de comprimento. Entretanto, as residências não eram destinadas exclusivamente aos operários, embora, para alguns trabalhadores de cargos mais altos, as casas tenham sido oferecidas para compra, segundo depoimento de moradores. As residências são aqui estudadas por serem um empreendimento de tipologia semelhante às demais vilas da cidade e por seu proprietário ser um industrial. Da mesma maneira que a Vila Brasileira, a Vila Belém atualmente é um bairro e diversas casas foram loteadas, sendo provavelmente em grande número. Em reportagem no jornal “O Progresso” de 1951, a Fabril Scavone apresentou alguns de seus bens construídos, tais como a Estação de tratamento de água, o Centro Prático de Ensino Profissional e o objeto de estudo, a Vila Belém.

As casas da vila são compostas por dois quartos, sala, cozinha e banheiro, sendo todos os cômodos servidos por janelas, entrada frontal e quintal ao fundo, semelhantes à vila Brasileira. Entretanto, a implantação não segue o mesmo padrão. As casas são isoladas no lote, em fileiras, respeitando recuos frontais e laterais. Há, portanto, uma maior preocupação com a permeabilidade do lote e o “estojo do homem moderno”, reafirmando a individualidade do morador e o sentido de propriedade, já que as casas da Vila Belém foram loteadas para venda e não aluguel. O quintal é restrito aos fundos do lote, reforçando a afirmação acima.

A residência levantada para este estudo possui uma área de 67,8 m² de área construída na planta original e possuem cobertura em duas águas e cumeeira paralela à rua.

As esquadrias alternam-se em vitrês e janelas venezianas, embora as portas mantenham as pequenas grades na entrada e a varanda, sendo este o acesso principal. Há nas residências um corredor de acesso lateral, levando à cozinha.

Em reportagem do jornal local “O Progresso” de 1944, a venda de lotes e construção da Vila Belém foi divulgada. Nota-se pela reportagem a preocupação em fornecer ladrilhos e

materiais de construção, pela primeira vez, numa tentativa de impor ordens devidamente enquadradas na questão da salubridade e do Código Sanitário Estadual.

“A Cia. Imobiliária Itatibense (em organização), já está com seus estudos quase ultimados para dar início aos trabalhos da Vila Belém, começando muito em breve, a venda de lotes para moradias e para indústrias. Consta do programa da Empresa, a instalação de uma eficiente serraria e carpintaria, bem assim. De uma moderna cerâmica para telhas, ladrilhos e tijolos de todos os tipos, ainda, de uma secção de materiais para construção em geral” (O Progresso, 1944).

Nota-se, a partir da reportagem, a questão da racionalidade da construção que permanece presente, assim como a diversidade e “modernidade” dos materiais de empregados, preocupação latente dos ideários modernistas. O material empregado, entretanto, continuou sendo o tijolo, mas, pela primeira vez, a base foi feita em pedra. As fachadas foram todas revestidas, algumas em pedra e outras apenas pintadas. Embora a propaganda acima contemple a questão dos ladrilhos, em depoimento da moradora de uma das residências, a casa quando foi comprada não havia azulejos nas paredes, apenas piso frio.

Em outra propaganda sobre a construção da Vila Belém, um trecho explicita a importância na época da infra-estrutura básica e ainda faz menção a casas isoladas no lote como uma modernidade, fato realmente pouco recorrente até então no projeto de residências para trabalhadores:

“Confortáveis e modernas residências, construídas com todo esmero e capricho, por preços razoáveis. Estão também a venda magníficos lotes do Jardim Belém, projetados pelo conhecido urbanista de São Paulo, Dr. Vicente Nigro, após cuidadoso estudo, situados em posição privilegiada com: ÁGUA, LUZ E ESGOTO. Os melhores terrenos para construção de sua casa” (O Progresso, 1947).

As residências da vila em questão apresentam uma diversidade de tipologias quanto às fachadas e número de cômodos, já que houve um grande número diversificado de lotes e residências prontas.

A seguir, imagens e plantas da vila Belém.

IMAGENS

Fig.29. Fabril Scavone instalada ao lado da Pabreu.
Fonte: Google Earth – 29/03/2009.



Fig.30. Vista das residências.
Fonte: Google Earth – 29/03/2009.



Fig.31. Vista das residências na década de 1950.
Fonte: Foto Parodi

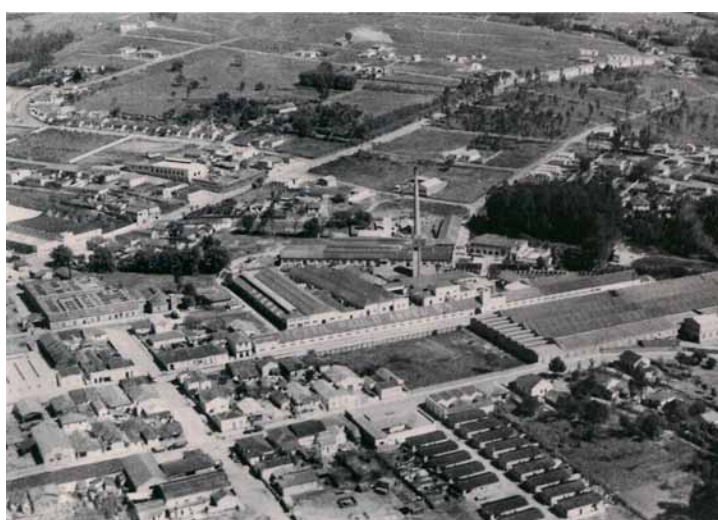


Fig.32. Residência da Vila Belém.
Fonte: Acervo particular – 20/06/2009.



Fig.33. Residência da Vila Belém.
Fonte: Acervo particular – 20/06/2009.



Fig.33. Residência da Vila Belém.
Fonte: Acervo particular – 20/06/2009.



4.5 A PRESENÇA DO IAPI EM ITATIBA

O serviço de assistência de previdência social experimentado pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões de diversas categorias se originou no governo populista de Getúlio Vargas - a fim de manter a hegemonia e o controle sobre questões da classe operária - e era gerido pelo Ministério do Trabalho, órgão centralizador das questões trabalhistas.

Segundo a arquiteta e urbanista Nilce Aravecchia:

“Os Institutos compunham-se de funcionários, empregados e representantes do governo, sendo o presidente de cada Instituto, nomeado diretamente pelo Ministério do Trabalho, passando, o controle do Estado, a se efetivar ainda mais. As Caixas e os Institutos tinham como finalidade principal conceder aposentadoria aos associados e pensões aos seus beneficiários. Outros benefícios seriam concedidos facultativamente” (Aravecchia, 2000, p.15).

Os Institutos alcançaram um grande acúmulo de capital através da previdência, sendo a construção de casa para os associados adotada como uma modalidade de aplicação das reservas a título de capitalização (Aravecchia, 2000, p. 17).

“É neste período que surgem as carteiras imobiliárias, responsáveis pelos investimentos imobiliários dentro dos Institutos, coordenando todas as atividades de construção de novos edifícios ou casa e também as negociações de compras de imóveis. Apesar de certa autonomia para efetuar as aplicações, os Institutos estavam sempre subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho que apresentava as diretrizes comuns que deviam ser seguidas para os investimentos, além de fiscalizar todas as ações dos órgãos” (Aravecchia, 2000, p.18).

O arquiteto Rubens Porto – figura importante na discussão e atuação quanto à habitação - exemplifica em sua obra “O problema das casas operárias e os Institutos e Caixas de Pensões” os principais problemas enfrentados na questão habitacional. Porto defendeu o planejamento das ações, valorizando as questões higiênicas, religiosas, morais e o bem estar do morador em termos de arquitetura humana e funcional, levando em conta que o “homem novo” ocupa agora um “espaço novo”; tendo o arquiteto um papel de agente social. (Aravecchia, 2000, p. 19). Nota-se, portanto, uma semelhança no tratamento arquitetônico e social das vilas operárias e das casas dos IAPs, especificamente as do IAPI, concentração deste estudo.

O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários atuou em Itatiba através da Empresa Melhoramentos e os Sindicatos, conforme demonstram diversas reportagens dos jornais locais e presentes do anexo II. Tais órgãos elegeram o construtor responsável pela fiscalização da obra e venda dos lotes, Caetano Di Fiore, sendo toda a documentação e trâmites reportados ao Ministério de Trabalho, em São Paulo, conforme estipulado pelo Governo Federal. Entretanto, fontes históricas orais relatam que a verba destinada à construção de casas na cidade não foi de fato empregada. O planejamento original previa 90 casas prontas para venda. Nem metade foi construída, sendo que algumas delas, previstas em planta para terem dois dormitórios, só puderam ser construídas com um dormitório, pois, o construtor responsável, Caetano Di Fiore, acabou por arcar com os custos.

Em reportagem do jornal “O Progresso”, do ano de 1951, a Empresa Melhoramentos apresenta justificativa para o empréstimo para construção das residências, demonstrando a polêmica do empreendimento, assim como o custo final alto para o financiamento das casas.

“Aos operários de Itatiba,

A Empresa Melhoramentos de Itatiba e os Sindicatos que tiveram a idéia e por ela se bateram, de conseguir do Instituto dos Industriários fosse esta cidade acanhada com empréstimo para que se financiassem casas para trabalhadores, vêm agora a público explicar que o caso é bastante sério, não havendo da parte de qualquer sindicato ou da Empresa Melhoramentos outro interesse, que não seja o de proporcionar uma grande vantagem na vida dos trabalhadores, a CASA PRÓPRIA. É certo que o Instituto dos Industriários para emprestar o dinheiro necessário, pede documentos, calcula os salários para verificar das possibilidades do interessado quanto aos pagamentos. Seu plano de financiamento é dos melhores. Se cobra juros é porque ninguém empresta dinheiro sem pedir retribuição de 9, 10 e 12 por cento ao ano. Os juros do empréstimo a serem feitos serão de 6% ao ano. Nas mensalidades pagas depois de prontas as casas, serão incluídas as taxas de água e esgoto, o seguro de vida (no caso de falecimento do contratante, a casa passará para sua família, livre de qualquer pagamento) e o seguro contra fogo, além da amortização do capital e respectivos juros. Dessa forma não é de se espantar que multiplicando a mensalidade por 240 meses o associado venha a encontrar um preço alto.

De mais é preciso notar que o Instituto concedeu à Itatiba uma regalia que a outras cidades como Bauru, Marília, São Carlos, etc, não concedeu(...). É preciso também dizer que estas casas serão construídas por pessoas de Itatiba, e fiscalizadas por engenheiro filho de Itatiba.

Estamos finalizando a coleta de documentos para remessa ao Instituto, em São Paulo, e esperamos que o operário de Itatiba, fiel aos princípios do governo do preclaro presidente Getúlio Vargas não dê ouvidos a boatos malsãos e espere, confiante, o dia de amanhã, que terá sua casa própria, com um tanto de sacrifício, é verdade, pois a quem faltam os favores da fortuna, até comprar um par de sapatos é custoso” (O Progresso, 1951).

Em termos de projeto arquitetônico, segundo o estudo de Aravecchia, “*as soluções tipológicas variavam conforme a localidade*”. Diz a autora que

“O que podemos perceber, na maioria dos casos, é a adoção de blocos de habitação coletiva nas grandes cidades, onde a densidade deveria ser maior para compensar o valor da terra, e as casas térreas, geralmente geminadas duas a duas ou em fileiras, nas cidades interioranas” (Aravecchia, 2000, p. 83).

Em Itatiba, as residências de fato mantiveram esta configuração, muito embora preservadas os aspectos individuais do morador. O conjunto de 36 casas foi implantado ao longo da Avenida Campinas, conforme arruamento existente, barateando o custo do empreendimento, com casas unifamiliares geminadas duas a duas e em fileiras paralelas ao arruamento – por volta de 21 casas de um lado da rua e 15 do outro. A racionalidade da construção determinou lotes individuais medindo aproximadamente 13 metros de frente por 26 de fundo, recuos frontais e laterais e dois programas arquitetônicos padrões. Uma tipologia é térrea com edícula ao fundo do lote e outra, também restrita à um pavimento, porém com um porão, sendo assim determinado em função da declividade da topografia.

As tipologias foram concebidas a partir da unidade tradicional da sociedade naquele momento: a família nuclear. As residências encontram-se com suas fachadas modificadas, embora se note, ainda, a presença de pequenas janelas venezianas, presentes em todos os cômodos, sendo apenas a sala contemplada com um vitrô ao lado da porta principal, pois a parede que seria externa é o limite com a outra habitação. Mas a preocupação com a

ventilação em todos os cômodos é notadamente recorrente. As residências não possuíam pisos ou azulejos, ficando a implantação destes a critério do morador. Havia apenas forro de madeira.

O programa arquitetônico foi pensado de forma a racionalizar a construção, compondo espaços mínimos necessários e suficientes para a vida doméstica, compreendendo sala, cozinha, banheiro, quintal ao fundo, sendo algumas casas com dois dormitórios e outras com um dormitório. O acesso principal é feito pela frente da casa no espaço da varanda, onde há também um pequeno jardim. Apesar do programa arquitetônico ser bem distribuído e os cômodos não tão pequenos como nas casas da Vila Pabreu, há ainda uma sobreposição de funções nas residências de um quarto. Algumas delas optaram por transformar o porão em outro quarto. Entretanto, as residências que seguiram o projeto, com dois dormitórios, o programa prevê uma ordenação e classificação dos ambientes. A cozinha, entretanto, não recebe destaque, sendo um cômodo estreito e não há área de serviço contemplada no projeto.

Em todas as tipologias nota-se o recuo lateral generoso, sendo possível que tenha sido contemplado como garagem, estando este presente pela primeira vez nos conjuntos de casas operárias em Itatiba.

As residências do IAPI foram implantadas seguindo, de uma certa maneira, o Código Sanitário Estadual, permeabilidade do lote e os quesitos de salubridade, conforme tabela apresentada no decorrer desta monografia. Portanto, a casa diferencia-se do limite da rua e dos vizinhos.

As fachadas das casas do IAPI não apresentam ornamentação e foram desenhadas com o mínimo de elementos rebuscados, atitude que alia à busca de novas técnicas construtivas na produção seriada das habitações e o barateamento das casas. O material construtivo continuou sendo o tijolo e a telha paulistinha. Em termos plásticos, nota-se a presença de simplificados elementos caracterizadores do estilo missões, como varandas conformadas por paredes inclinadas (contrafortes oblíquos), uso de telhas capa e canal, alguns arcos etc.

A seguir, imagens e plantas do IAPI.

IMAGENS

Fig.34. Residência do IAPI.
Esta residência possui a
fachada mais próxima da
original com uma pequena
alteração: o piso frio na
entrada que conduz à porta.
Fonte: Acervo particular –
19/10/2009



Fig.34. Residências do IAPI.
Casas geminadas duas a duas.
Fonte: Acervo particular –
19/10/2009



Fig.34. Residências do IAPI.
Fonte: Acervo particular –
19/10/2009



Fig.34. Residências do IAPI.
Fonte: Acervo particular –
19/10/2009



Fig.34. Residências do IAPI.
Fonte: Acervo particular –
19/10/2009



Fig.34. Residências do IAPI.
Fonte: Acervo particular –
19/10/2009



Fig.34. Residências do IAPI.
Nota-se o piso de cimento
queimado vermelho, a varanda
“coroando” a entrada principal
e a grade na porta, ideal para
ventilação.
Fonte: Acervo particular –
19/10/2009



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso foi registrar importantes núcleos fabris na cidade de Itatiba e as demais transformações surgidas no município a partir da industrialização ali verificada. As habitações operárias que compõem este estudo são: Vila Pabreu, Vila Belém, Vila Brasileira e as produzidas pelo IAPI, dentro do arco temporal de 1893 a 1960.

A constituição destes espaços fabris, em sua maioria ligados aos setores têxteis da indústria, determinaram relações sociais, “*estruturadas pelo trabalho e que se estendem para formas de morar, ao convívio social, ao lazer e à educação*” (Balleiras, 2003, p. 305). Baseados num ideal de controle e gestão de mão-de-obra, as habitações para baixa renda, especialmente as vilas operárias, inauguraram um conceito em relação ao significado da casa. Tornou-se um lugar, além de higiênico e moral, ideal para repor as energias dispensadas no trabalho, com ambientes cômodos, protegidos de estranhos. Uma nova racionalidade espacial definiu-se na especialização dos ambientes e redefinição do comportamento em seu interior, possuindo este, assim, uma nova linguagem e determinando hábitos de consumo.

A noção de propriedade da moradia estabeleceu-se juntamente com a relação do espaço urbano, articulados a partir da infraestrutura. Os equipamentos coletivos assumem funções externas às moradias e seus novos usos interrelacionam os ambientes de fábrica, casa e lazer (Correia, 2004, p.02).

O modelo porta e janela foi amplamente difundido nos anos de 1930 nas casas operárias. A organização interna distribuía-se basicamente em sala, banheiro, cozinha e um ou dois quartos, além de pequeno quintal ao fundo. A implantação seguiu, em geral, o modelo de moradias geminadas em grupos de casas enfileiradas. Algumas casas receberam um recuo frontal a fim de implantar um pequeno jardim.

Nota-se, entretanto, que a Vila Pabreu conserva características do século XIX em sua fachada, distribuição interna e conceito de morar, diferentemente das residências da Vila Brasileira cuja planta se distribui de maneira a ordenar os ambientes, numa tentativa de acompanhar as tendências modernas, assim como as residências da Vila Belém, isoladas no lote e as do IAPI que, apesar de geminadas, respeitam recuos generosos e mantêm os jardins frontais conduzindo o morador à entrada principal.

As habitações atualmente estão descaracterizadas, como as da vila Brasileira e Belém. A vila Pabreu foi demolida pro volta da década de 1990 e as residências do IAPI mantêm-se, apesar de poucas, com as fachadas ou principais características preservadas. Portanto, vale citar que o patrimônio industrial, infelizmente, vem sendo suprimido.

Este trabalho empenhou-se em registrar aspectos da arquitetura de um mundo fabril, sendo este patrimônio um legado deixado à Itatiba. Ressalta-se, ainda, que se procurou compreender mais do que a arquitetura como meio de construção e o urbanismo como meio de crescimento urbano. Ao longo da pesquisa e das leituras houve a possibilidade de dimensionar o papel e a atuação transformadora do profissional arquiteto (e também engenheiro) enquanto intelectual e agente social.

Para finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso, a título de registro e de pensamentos futuros, torna-se interessante relatar a discussão promovida por Telma de Barros Correia sobre o conceito da casa do proletário até às da atualidade e sua relação com o meio, numa tentativa de aprofundar a discussão interminável e extremamente válida sobre o habitar e a dignidade deste conceito.

“As diferentes formas de morar atuais são tributárias das várias concepções de casa que discutimos ao longo deste capítulo. O sentido da casa como lugar de proteção ganha relevância com a acentuação do gosto pela privacidade e com o agravamento da violência urbana. Os muros altos de moradias, os condomínios fechados, toda a parafernália eletrônica de segurança atestam esta noção da moradia como lugar de proteção, que se contrapõe a um mundo exterior visto como ameaçador. Nele a família se recolhe, convertendo-a em lugar de descanso, núcleo de consumo, invólucro e fortaleza de proteção de suas posses e de seus membros. A ordem interna das moradias revela-nos muito sobre seus moradores. Usualmente, indica ampla sedução pelo consumo, uma captura pelos valores da higiene e da domesticidade. A habitação mostra-se, de um lado, espaço disciplinar, penetrado por redes de mútuo controle e, de outro, refúgio de individualidades, diante da crescente normatização dos comportamentos nos espaços públicos, em tempos de pouca tolerância com o fumante, o miserável, o mal vestido, o diferente...Mas a casa reúne significados outros não discutidos neste trabalho. No limite de ter ou não uma casa e um endereço pode depender as possibilidades de obter um emprego e crédito. Numa situação extrema de exclusão, os sem-tetos corporificam o desenraizamento do trabalhador, a precarização do trabalho e a desintegração da unidade familiar. Se o acesso a uma casa não elimina a exploração de trabalho – como há muito apontou Engels -, a privação da moradia não apenas evidencia um grau extremo de exclusão, como constitui-se em empecilho adicional à plena inserção na sociedade” (Correia, 2004, p. 77).

Dessa forma, crê-se que este estudo cumpriu sua função de registrar a dinâmica do espaço por meio de um setor que não apenas serviu de identidade para Itatiba, como legou nomes de logradouros, personagens, edificações e memórias: a indústria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

ARAVECCHIA, Nilce Cristina. *Habitação social no Rio de Janeiro e as contribuições e influências de Carlos Frederico Ferreira e Carlos Frederico Ferreira e Rubens Porto.* São Carlos: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

ATIQUÉ, Fernando. *Memória moderna: a trajetória do Edifício Esther.* São Carlos: RiMa - Fapesp, 2004

BALLEIRAS, Mary Helle Moda. *Habitação e indústria em São Paulo.* Dissertação de mestrado: EESC – USP, 2003.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo.* São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.* São Paulo: Estação Liberdade/ Fapesp, 1998.

BRUNA, Paulo Júlio Valentino. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

CAMPAGNOL, Gabriela. *Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar na região de Piracicaba.* São Carlos: Rima Editora / FAPESP, 2005.

CARPINTÈRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

CONCEIÇÃO, Maria Ferraz de Varon. *E a história se repete: as vilas operárias e os conjuntos residenciais dos IAPI no Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 1988.

CORREIA, Telam de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870 – 1950.* São Carlos: Rima, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão.* Campinas, SP: Papirus Editora, 1998.

DECCA, Edgar Salvadori. *O nascimento das fábricas.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GABUARDI, Lucimara Rasmussen. *Itatiba na história: 1804 – 1959.* Campinas, SP: Pontes; Itatiba, SP: Bobst Group, 2004.

GITAHY, Maria Lúcia Caira; PEREIRA, Paulo César Xavier. *O complexo industrial da construção e a habitação econômica moderna (1930 – 1964).* São Carlos: Rima Editora / FAPESP, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Editora, 1982.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos da restauração*. Cotia: Ateliê Editora, 2008.

LEMOS, Carlos A C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEMOS, Carlos A C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LEMOS, Carlos A C. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1976.

NASCIMENTO, Flávia Brito. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946 – 1960)*. São Carlos: Tese de Mestrado, EESC/USP, 2004.

NAVARRA, Wanda Silveira. *O uso da terra em Itatiba e Morungaba: permanência e mudança na organização do espaço agrário (1956 – 1966)*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1977.

MEMÓRIA URBANA: a grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2001.

VILLELA, Maria Cristina Olaio. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses*. São Paulo: Escola Politécnica da USP, Serviço de Bibliotecas, 1991.

OTTONI, Dácio. *Cidades Jardins: a busca do equilíbrio social e ambiental*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1997.

PANET, Amélia; MELLO, José O. A; PANET, Miriam; GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. *Rio Tinto: Estrutura Urbana, trabalho e cotidiano*. João Pessoa: Unipê Editora, 2002.

PIQUET, Rosélia. *Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

QUECINI, Vanda Maria. *Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2007.

RIBEIRO, Daisy Serra. *Vilas operárias na Campinas do Estado Novo: uma política habitacional. Oculum Ensaios*. Campinas: PUC Campinas, v.2, jan 2002, p.90-103.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. *Habitação e cidade*. São Paulo: FAU-USP / FAPESP, 1998.

VLADIMIR Sacchetta; GAMA, Lúcia Helena; CAMPOS NETO, Candido Malta. *São Paulo: metrópole em trânsito*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

VALLADARES, Licia do Prado. *Habitação em questão*. São Paulo: Zahar Editores, 1980.